



FEBRABAN

**Compromisso dos
bancos brasileiros
com as finanças
sustentáveis e a
ação climática**

**Uma contribuição
setorial para a COP30**

Índice

Prefácio	03
O papel do setor bancário na COP da ação	06
Finanças sustentáveis para um mundo em equilíbrio	11
Gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos	30
Financiando a transição para a economia de baixo carbono	43
A jornada continua	64
Expediente	74

Prefácio



Compromisso com o combate às mudanças climáticas e a promoção da equidade social



Engajando-se na busca de soluções para os desafios de nosso tempo, os bancos brasileiros construíram uma jornada de pioneirismo em práticas socioambientais e climáticas. A contribuição do setor passa tanto pela gestão de riscos que podem se materializar em decorrência dos efeitos das mudanças climáticas sobre o meio ambiente, as populações e os negócios quanto pelo uso de sua capilaridade e capacidade de influência para movimentar suas cadeias de valor na direção da sustentabilidade.

As instituições financeiras estão no centro das cadeias produtivas e empenhadas em direcionar recursos para atividades que gerem impactos positivos. Há pelo menos 16 anos, quando o setor aderiu ao Protocolo Verde, carta de princípios para o desenvolvimento sustentável, nos propusemos a empreender políticas e práticas que promovessem o desenvolvimento econômico sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Alinhados à evolução da agenda regulatória no Sistema Financeiro Nacional (SFN), os bancos

adotaram Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e avançaram em mecanismos de autorregulação setorial. Por meio deles, comprometeram-se, de forma voluntária, a seguir padrões ainda mais elevados de conduta — como, por exemplo, o normativo que estabelece um protocolo comum para a gestão do risco de desmatamento ilegal na cadeia de carnes (SARB 026/2023).

Destacam-se, entre outras ações, a construção de uma Taxonomia Verde e a colaboração para o desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), que define critérios para identificar atividades econômicas que endereçam o desenvolvimento sustentável. Soma-se a essas iniciativas a concessão de melhores condições de crédito e investimento para projetos com benefícios socioambientais, bem como o apoio à regulamentação do mercado de carbono no país.

Para preservar e fortalecer os princípios que regem as Conferências das Partes (COP, da sigla em inglês), organizada pela United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), o setor participa dos diálogos entre Estado, mercado e sociedade civil, somando esforços

para construir soluções inovadoras que promovam a transição para um mundo mais sustentável. Queremos, assim, contribuir para que o Brasil se consolide como potência climática e lidere o desenvolvimento da nova economia.

A agenda ESG é fundamental para os nossos clientes, para os negócios e para toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso, no momento em que o Brasil recepciona a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e as suas 113 instituições financeiras associadas reiteram seu compromisso com o meio ambiente, com o combate às mudanças climáticas e com a promoção da equidade social.

Este material dá visibilidade à contribuição setorial para as discussões sobre o financiamento climático, trazendo um apanhado dos esforços empreendidos para seguirmos avançando na transformação do mercado rumo a uma economia de baixo carbono frente à contundente perspectiva de mudança na forma como vivemos e fazemos negócios.

Ele foi elaborado com a participação de vários stakeholders que têm estado conosco nessa construção (ver [página 24](#)) e registra, também, algumas das principais práticas e resultados das instituições financeiras, coletados a partir de uma pesquisa feita com elas. Seu objetivo não é apenas reconhecer e valorizar o trabalho feito até aqui, mas, principalmente, gerar *insights* e reflexões que contribuam para a modelagem de negócios que acelerem a ação climática rumo às mudanças que precisam ser feitas na prática.

Isaac Sidney,
Presidente da Febraban





O papel do setor bancário na COP da ação

O papel do setor bancário na COP da ação

O desequilíbrio climático é um fenômeno sistêmico que impacta a produtividade, agrava as desigualdades sociais e acelera a perda de ecossistemas essenciais à vida e à biodiversidade do planeta. O enfrentamento desse cenário é imprescindível para a prosperidade econômica, social e da natureza nos diferentes países.

A dimensão dos riscos econômicos associados às mudanças climáticas foi demonstrada em um recente estudo¹ feito pela Universidade de Cambridge e pelo Boston Consulting Group (BCG). A partir de dados de organismos oficiais², o trabalho, publicado em 2025, calculou o impacto de um possível cenário em que o aumento da temperatura global chegue aos 3°C até 2100. Caso isso ocorra, a produção econômica acumulada global poderá ser reduzida entre 15% e 34%, em comparação com a limitação do aumento da temperatura a menos de 2°C.

Somado a isso, o custo líquido da inação diante do aquecimento global pode levar à perda de 11% a 27% do PIB mundial, o equivalente ao montante necessário para tirar o mundo da linha de pobreza

até 2100. Esses impactos ocorrerão de maneira desigual nas diferentes nações e, no Brasil, podem levar à perda de 18% do PIB já nos próximos 25 anos.

Evitar os efeitos mais nocivos do aquecimento global requer uma grande mobilização para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Ainda que esse limite tenha sido ultrapassado pela primeira vez em 2024, quando o aumento da temperatura média do planeta chegou a 1,6°C³, as metas do Acordo de Paris, que consideram um horizonte de duas décadas, continuam alinhando o mundo em busca de um futuro viável.

Para isso, as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) precisarão ser reduzidas em 43% até 2030, em comparação com 2019. A estimativa é do sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁴, que consolida os achados de quase uma década de trabalho dos principais cientistas do mundo sobre o tema.

¹ Too Hot to Think Straight, Too Cold to Panic. Landing the Economic Case for Climate Action with Decision Makers ([Universidade de Cambridge e Boston Consulting Group](#), março de 2025).

² Fontes referenciadas no estudo: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Network for Greening the Financial System (NGFS), Climate Policy Initiative (CPI), Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) e Banco Mundial.

³ Temperatura média do planeta rompe limite de 1,5°C em 2024, apontam centros meteorológicos ([Agênciagov](#), janeiro de 2025).

⁴ AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023 ([IPCC](#), 2023).

Limitar o aquecimento global requer investimentos de escala sem precedentes: o IPCC⁵ avalia que os países em desenvolvimento precisarão de US\$127 bilhões ao ano até 2030 e, a partir daí, US\$295 bilhões ao ano até 2050, apenas para iniciativas de adaptação. Para a ação climática como um todo, a necessidade é ainda maior. A mobilização de recursos, contudo, segue aquém do necessário.

Na COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, foi fixada a meta global de financiamento climático em US\$300 bilhões anuais até 2035, valor inferior às necessidades estimadas em cerca de US\$1,3 trilhão/ano⁶. Para enfrentar o descompasso, o Brasil apresentará na COP30, em parceria com os anfitriões das duas últimas Conferências das Partes – Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão –, o Mapa de Baku a Belém para 1,3T, iniciativa que busca identificar caminhos para ampliar o financiamento climático global até o nível requerido.

Em sua contribuição oficial à iniciativa, a Febraban enfatizou a necessidade de ações em diferentes horizontes de tempo. As medidas de curto prazo incluem ampliar o acesso ao financiamento para

grupos sub-representados, como PMEs, mulheres e populações negras e indígenas, por meio de produtos inclusivos e da alocação baseada em impacto e risco. No médio e longo prazos, consolidar fontes permanentes de financiamento e fortalecer os mecanismos públicos e privados de adaptação climática, com foco em regiões vulneráveis, na agricultura de baixo carbono e na transição energética.

Para mobilizar os US\$1,3 trilhão anuais, a Febraban recomendou, entre outras ações, ampliar o uso de finanças mistas, criar fundos permanentes de conservação, fortalecer incentivos fiscais e explorar as receitas do mercado de carbono, destacando o potencial do mercado brasileiro para expandir carteiras climáticas. Ressaltou, também, a importância de incentivos atrelados a metas de impacto, parcerias regionais de governança, métricas robustas para monitoramento climático e a democratização da pesquisa e da educação climática, de modo a ampliar o engajamento social e acelerar a transição para um futuro de baixo carbono.

⁵ 10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023 ([WRI Brasil](#), 2023).

⁶ Baku to Belém Roadmap to 1.3T (UNFCCC, 2025).

Protagonismo brasileiro

A valorização econômica dos serviços ecossistêmicos da natureza, o destravamento do fluxo de capital, a mitigação de riscos e o aproveitamento das oportunidades advindas das mudanças climáticas são caminhos para a transição. Com uma combinação de recursos naturais, matriz energética limpa e soluções climáticas inovadoras, o Brasil pode assumir a liderança dessa agenda.

“O Brasil tem uma peculiaridade em relação a outros países: possui uma variedade de soluções sustentáveis acessíveis que os bancos podem ajudar a impulsionar, como energia renovável, biocombustíveis, integração lavoura-floresta, bio-insumos e práticas de economia circular na agropecuária, além de minerais críticos”, afirma Joaquim Levy, profissional do setor financeiro brasileiro e Presidente do Conselho

do Climate Finance Hub Brasil e do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp.

Um estudo feito pela UK Pact⁷, iniciativa do governo britânico que apoia países parceiros na transição para o baixo carbono, revela que a transformação ecológica pode dobrar o crescimento do país até 2030, adicionando entre US\$230 bilhões e US\$430 bilhões ao PIB nacional. A diversificação da economia em setores estratégicos, como a transição energética, indústria e mobilidade, bioeconomia, sistemas agroalimentares sustentáveis, infraestrutura verde e mercados de carbono, será o motor do crescimento.

O setor financeiro tem um papel fundamental nesse movimento, contribuindo para a mobilização de capital e distribuição dos recursos



Não é mais possível separar a agenda climática da agenda econômica. Essa visão foi estabelecida há alguns anos no setor financeiro e tem ajudado a mover o mercado na direção do Acordo de Paris.

Cristina Fróes de Borja Reis,
Subsecretária de Desenvolvimento Econômico
Sustentável do Ministério da Fazenda



⁷ Pontos de virada tecnológica para a transformação ecológica ([UK Pact](#), 2025).

para atividades sustentáveis, gerindo riscos financeiros relacionados ao clima em suas cadeias de valor, financiando a sustentabilidade e apoiando a transição das empresas por meio do desenvolvimento de instrumentos financeiros que incentivem a ação climática.

Esse compromisso se reflete em uma série de ações realizadas em 2025, que endereçam desafios para que o setor possa ampliar ainda mais a sua contribuição para a agenda climática. Entre elas, a publicação de estudos e materiais que apoiam as práticas das instituições financeiras, a capacitação dos bancários em finanças e negócios sustentáveis e a participação em diálogos que conectam empresas, governo e sociedade (saiba mais na [página 37](#)).

A COP30 pretende ir além da negociação de novos compromissos, focando na implementação daqueles já assumidos. O envolvimento do setor privado, em articulação com o setor público, pode provocar um salto sem precedentes em mecanismos financeiros que viabilizem tanto a redução das emissões quanto a adaptação aos impactos climáticos. Essa agenda amplia o espaço para novos modelos de negócios e soluções tecnológicas, reforçando a relevância do setor bancário brasileiro na mobilização de capital e no apoio à transição para economias mais resilientes e inclusivas.





Finanças sustentáveis para um mundo em equilíbrio

Finanças sustentáveis para um mundo em equilíbrio

Finanças sustentáveis é um conceito que traduz a maneira como os temas sociais, ambientais, climáticos e econômicos estão conectados, gerando valor no longo prazo para as empresas, seus públicos de relacionamento e para a sociedade. Ele engloba o conjunto de práticas, instrumentos e fluxos financeiros direcionados a apoiar a transição para modelos de desenvolvimento mais equilibrados, abrangendo inclusão e educação financeira, empréstimos bancários, investimentos no mercado de capitais, produtos do setor de seguros e até mesmo os fluxos de caixa das empresas.

O conceito começou a ganhar forma, no Brasil, após a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92,

realizada naquele ano no Rio de Janeiro. O evento impulsionou o debate sobre a responsabilidade social corporativa, que começou a entrar para a agenda do setor financeiro nacional no começo dos anos 2000.

Assim, nas últimas duas décadas, a sustentabilidade deixou de ser um tema periférico para ocupar espaço central nas agendas regulatórias e de negócios do setor. Acompanhando essa evolução, o Sistema Financeiro Nacional vem ampliando sua adesão e presença em compromissos internacionais que orientam a gestão de riscos e impulsionam o desenvolvimento das finanças sustentáveis no Brasil. Esse avanço também abrange a dimensão da governança, influenciando diretamente a forma

O setor bancário brasileiro teve um protagonismo e uma liderança muito relevantes na agenda das finanças sustentáveis na América Latina e em âmbito global, ganhando destaque no cenário internacional.

**Annelise Vendramini, Professora e Pesquisadora em
Finanças Sustentáveis na Escola de Administração de
Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV)**

como as organizações estruturam sua gestão, definem estratégias, estabelecem metas e monitoram resultados.

Nesse movimento, o setor tem endereçado questões pautadas por organismos como a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o Financial Stability Board (FSB), a Network for Greening the Financial System (NGFS), o Bank for International Settlements (BIS) e o International Sustainability Standards Board (ISSB/IFRS).

O setor bancário brasileiro também tem uma importante articulação com instituições globais e regionais, ajudando a impulsionar a agenda ESG e o avanço das finanças sustentáveis por meio de discussões no âmbito de instituições como a International Finance Corporation (IFC), a Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), o Pacto

Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), entre outros. Integra, ainda, a Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban) e conselhos e comitês consultivos do governo brasileiro. Essa atuação abre portas para o diálogo e a cooperação em temas relevantes da agenda ESG.

“Entendemos as finanças sustentáveis como uma soma das finanças climáticas, finanças de gênero, governança para a sustentabilidade, inclusão financeira e transformação digital do setor financeiro. O foco climático ganha relevância no contexto da COP30, mas é igualmente importante reconhecer que a sustentabilidade vai além do clima”, pondera Marcela Ponce, Líder de Serviços de Assessoria em Finanças Sustentáveis da IFC, membro do Banco Mundial, e Coordenadora Regional do Sustainable Banking and Finance Network (SBFN) para a América Latina e o Caribe.

Case

BTG Pactual

Finanças Sustentáveis

Na frente de Finanças Sustentáveis, o BTG Pactual já estruturou e distribuiu mais de US\$20 bilhões em dívidas rotuladas, tanto no mercado local quanto no internacional. Desde 2024, ampliou também sua atuação para o mercado de Sindicacão e Vendas de Empréstimos, tendo estruturado o primeiro empréstimo azul sindicalizado da América Latina, no valor de US\$600 milhões, para a AEGEA Saneamento Participações S.A.

Primórdios e evolução das finanças sustentáveis

Sob influência de iniciativas como os Princípios do Equador, um compromisso internacional voluntário assumido em 2003 por instituições financeiras interessadas em identificar e gerenciar riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos, alguns dos principais bancos brasileiros começaram a desenvolver suas próprias metodologias e ferramentas de análise desses riscos.

No âmbito dos grupos de trabalho da Febraban, liderados pela Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS), passaram a compartilhar seus aprendizados e preparar os avanços que levaram à integração de critérios sociais, ambientais e climáticos em todo o ciclo de relacionamento com clientes e fornecedores. Essa evolução ajudou a inserir o tema, de maneira definitiva, nas estratégias do setor como um todo, indo muito além do *project finance*.

Essa atuação foi influenciada, também, por outro marco das finanças sustentáveis: os Princípios de Investimentos Responsáveis (PRI), lançados em 2006 pela ONU e investidores institucionais preocupados com as práticas sociais, ambientais e de governança das empresas de capital aberto e fechado com ações e títulos negociados no mercado de capitais.

Um pouco mais tarde, em 2012, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) lançou os Princípios para Seguros Sustentáveis, um marco voluntário de grande impacto no segmento de seguros. E, em 2019, estabeleceu os Princípios para a Responsabilidade Bancária (PRB), um conjunto de diretrizes para que os bancos integrem a sustentabilidade em todas as áreas de seus negócios, colocando fatores ambientais, sociais e de governança no mesmo nível de relevância que os aspectos econômicos e financeiros.

A agenda regulatória reforçou a adesão a esses temas em 2014, a partir da exigência, por parte do Banco Central do Brasil, de que os bancos adotassem uma política de risco socioambiental (PRSA), aprofundada, um pouco adiante, com a exigência de estruturas integradas de gestão de riscos e de capital.⁸

O Brasil também assumiu a liderança no quesito de transparência. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou-se a primeira instituição reguladora do mercado de capitais a adotar o padrão de relatórios financeiros de sustentabilidade emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB)⁹, entidade ligada ao International Financial Reporting Standards (IFRS). A CVM estabeleceu,

⁸ Resolução BCB 4.557/2017.

⁹ Brasil é 1º país no mundo a adotar relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitidas pelo ISSB ([CVM](#), 2023).

a partir de 2027, a obrigatoriedade de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima em conformidade com as normas IFRS S1 e S2.

Para apoiar a implementação de todas essas iniciativas, a Febraban e seus associados têm

atuado de forma proativa, promovendo discussões para avançar na agenda, desenvolvendo materiais de referência, guias temáticos e estudos técnicos que orientam os bancos na adesão e implementação dos compromissos e melhores práticas ESG.

Case

Santander

Financiamento climático com enfoque em remoção de carbono

Em 2025, o Santander concedeu fiança bancária à Mombak, *startup* brasileira de remoção de carbono que atua principalmente no bioma Amazônico, promovendo a restauração de áreas degradadas com florestas nativas e a geração de créditos de carbono.

A Mombak tornou-se, assim, a primeira a receber recursos do Novo Fundo Clima, no valor total de R\$100 milhões, sendo R\$80 milhões do Fundo Clima e R\$20 milhões do BNDES Finem.

Com o aporte, a Mombak expandirá suas iniciativas no Pará, fortalecendo o modelo de parcerias com proprietários locais. O projeto permitirá a captura de carbono de alta integridade e incentivará a economia local ao gerar empregos e impulsionar a cadeia produtiva do reflorestamento.



Instituições financeiras brasileiras signatárias¹⁰



Princípios do
Equador¹¹

6



Princípios para
Seguros Sustentáveis

10



Princípios para
o Investimento
Responsável

120



Princípios de
Responsabilidade
Bancária

6

¹⁰ Relação de signatários: [Princípios do Equador](#), [Princípios de Investimentos Responsáveis](#), [Princípios para Seguros Sustentáveis](#), [Princípios de Responsabilidade Bancária](#).

¹¹ Instituições de grande porte, com áreas de *Project Finance* estruturadas.

Case

Banco do Brasil | Financiamentos ESG

No segundo trimestre de 2025, o Banco do Brasil alcançou R\$396,5 bilhões em sua carteira de negócios sustentáveis, o equivalente a 35,6% de todo o portfólio de crédito. Esse avanço foi impulsionado por parcerias globais. Entre elas, destaca-se a captação de US\$800 milhões junto a JP Morgan, HSBC, Crédit Agricole e Standard Chartered, voltada ao fomento da agricultura de baixo carbono no Brasil.

Além disso, o banco firmou operação de €250 milhões com o italiano CDP, destinada a financiar projetos de energia renovável e apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul após as enchentes. Já em parceria com o Natixis, foram captados US\$95 milhões, direcionados a iniciativas de captação, distribuição e tratamento de água, bem como à expansão do saneamento básico em diferentes estados e municípios brasileiros.

Itaú

Cooperação para o desenvolvimento de soluções sustentáveis

O Itaú lançou, em 2022, o Cubo ESG, um *hub* de inovação que conecta corporações, *startups* e investidores com foco no desenvolvimento de soluções sustentáveis. O espaço fomenta a tecnologia e a colaboração em projetos de descarbonização, energia e sustentabilidade nas cadeias produtivas.

No final de 2024, a iniciativa contava com 38 *startups* residentes que atuam nas áreas de inteligência artificial, *internet* das coisas, gestão de indicadores ESG, bioinsumos, geração e uso eficiente de energia. Também abriga *startups* de base científica com potencial transformador em áreas como energia limpa, captura de carbono e economia circular. Publicou, em 2025, o Mapeamento de Startups Deep Tech Brasileiras, que apontou estratégias para fortalecer esse segmento da inovação nacional.

O Cubo mantém uma programação anual de fóruns e debates que, em 2024, reuniu quase 1,5 mil pessoas e 590 empresas. Como desdobramento dessa atividade, passou a sediar a São Paulo Climate Week, um dos principais eventos de compartilhamento de soluções sustentáveis da América Latina. A edição de 2025 reuniu mais de 3 mil participantes ao longo da semana em uma programação com 52 painéis e 140 especialistas.

Práticas bancárias em evolução

Os bancos brasileiros têm, assim, avançado de forma consistente na incorporação da sustentabilidade às suas estratégias e operações. O movimento é amplo e abrange diferentes frentes, refletindo o compromisso do setor em apoiar a transição para uma economia mais inclusiva, resiliente e de baixo carbono. Veja, a seguir, alguns exemplos de práticas adotadas pelas instituições financeiras.

Governança

A adoção da PRSAC e sua integração à gestão de riscos elevaram os aspectos socioambientais e climáticos ao mesmo nível de atenção dedicado aos riscos financeiros tradicionais. Muitas instituições criaram áreas e equipes especializadas para mapear e gerenciar esses riscos — e também para identificar oportunidades em negócios sustentáveis.

Gestão de riscos

Critérios socioambientais e climáticos passaram a ser incorporados aos modelos de análise de operações, com destaque para os testes de estresse que avaliam o impacto desses eventos relacionados ao clima sobre as carteiras de crédito e investimentos. Também estabelecem o apetite de risco pautado pela avaliação da sensibilidade climática da carteira.

Gestão da cadeia de valor

Os bancos têm engajado fornecedores, empresas e pessoas, como produtores rurais, em práticas sustentáveis, condicionando os contratos à adoção de boas práticas socioambientais. Também gerenciam riscos na cadeia de valor, adotando critérios para ponderar riscos na concessão de crédito ou contratação de fornecedores de setores com alta exposição a riscos ambientais e trabalhistas, associados, principalmente, ao trabalho infantil ou análogo ao escravo.

Apoio à transição para modelos de negócios mais sustentáveis

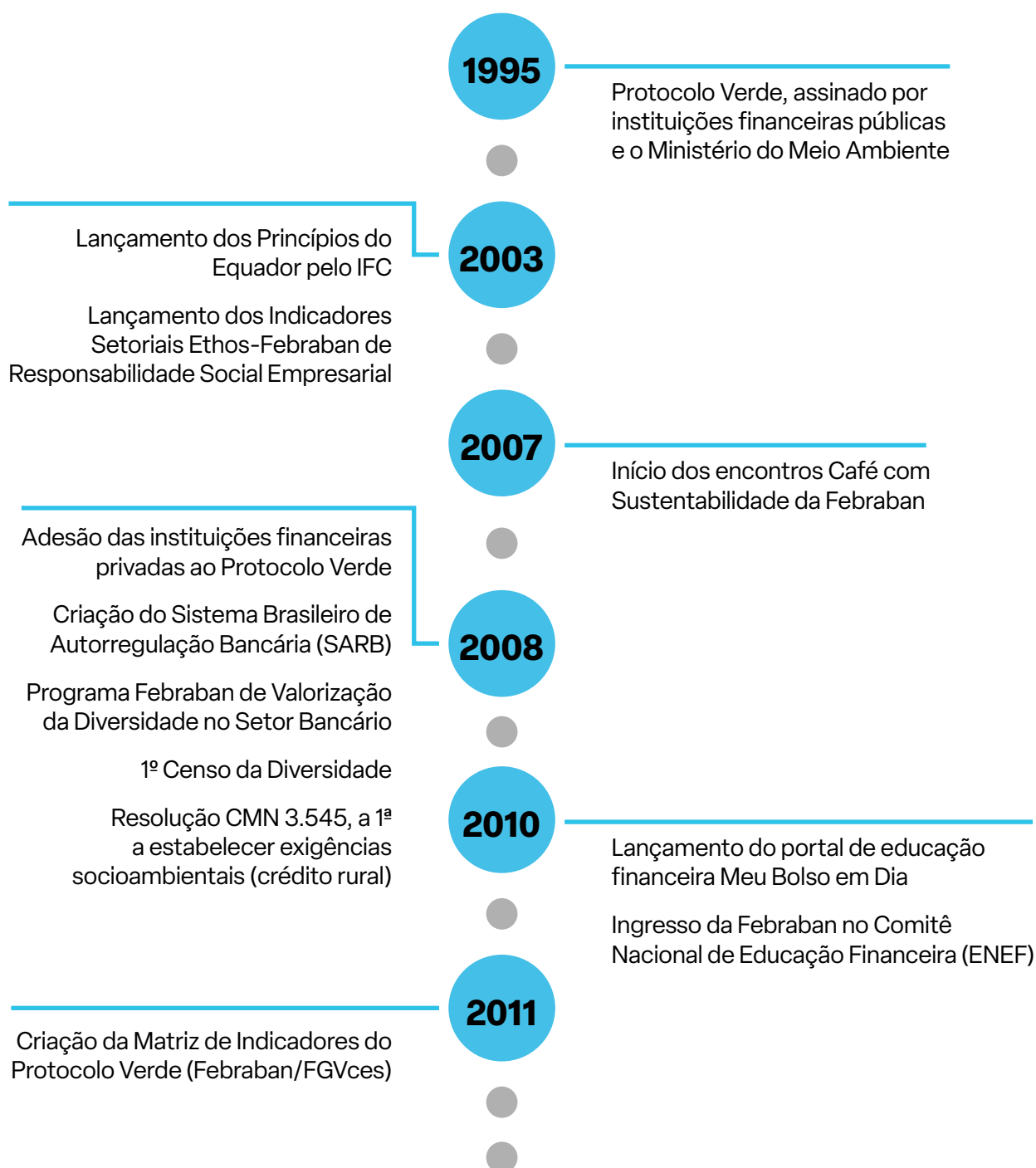
Além da oferta de produtos e linhas de crédito voltados, por exemplo, à agricultura de baixo carbono e ao desmatamento zero, os bancos fomentam a adaptação de pequenas e médias empresas às exigências ambientais. Disponibilizam conhecimento técnico e instrumentos de apoio, ajudando esses negócios a compreender e incorporar práticas de gestão alinhadas às suas metas de sustentabilidade. Essa atuação reforça a capacidade do setor financeiro de catalisar mudanças positivas e sustentar a transição para uma economia mais inclusiva e resiliente.

Mensuração e divulgação das emissões de gases de efeito estufa

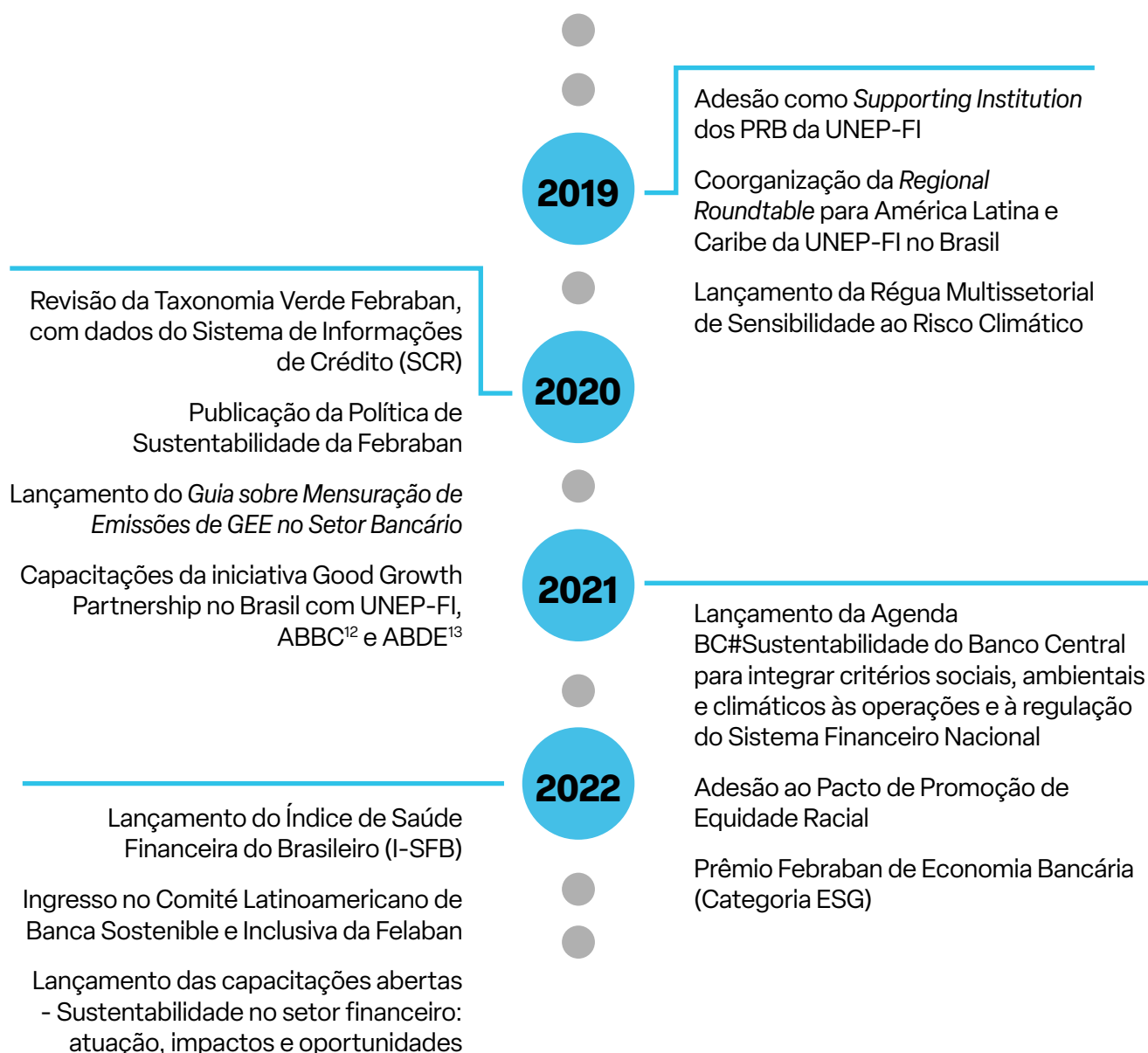
O setor vem ampliando a transparência e o alinhamento a padrões internacionais, com atenção especial ao Escopo 3, que concentra a maior parte das emissões por estar ligado ao financiamento de atividades com impacto ambiental significativo. Ele também tem se engajado na discussão da evolução da contabilidade do carbono e apoiado o desenvolvimento de metodologias que representem o carbono sequestrado ou evitado em inúmeros setores econômicos. Saiba mais na [página 35](#).



Marcos relevantes do setor financeiro e da atuação da Febraban







¹² Associação Brasileira de Bancos.

¹³ Associação Brasileira de Desenvolvimento.



¹⁴ Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Construindo redes para potencializar a transformação

Ampliando sua capacidade de diálogo e cooperação com diferentes públicos, o setor bancário assumiu um papel ativo nos debates junto ao poder público, ao mercado e à sociedade civil. Ao somar esforços, instituições financeiras e parceiros têm construído redes que aceleram a transição para uma economia mais sustentável, inovadora e inclusiva.

Entre as pioneiras está a Rede Brasil do Pacto Global, que desde 2003 mobiliza empresas e organizações em torno dos princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e integridade. Entre 2014 e 2016, iniciativas multissetoriais como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

reforçaram a articulação entre empresas, ONGs e academia na busca por soluções de baixo carbono para cadeias produtivas estratégicas.

O Laboratório de Inovação Financeira (LAB), lançado em 2017, consolidou-se como um fórum de referência, reunindo governo, reguladores, bancos, empresas e universidades para desenvolver instrumentos que direcionam recursos privados a projetos socioambientais. Na mesma linha, a Aliança Brasileira para Finanças e Investimentos Sustentáveis, criada em 2020, aproxima a academia e o mercado, formando lideranças e disseminando conhecimento em finanças sustentáveis.



A pauta tem sido reforçada, nos últimos anos, pelo surgimento de outros movimentos importantes, como a Rede de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), voltada à discussão de tendências ESG como biodiversidade, mudança climática, governança e instrumentos financeiros sustentáveis.

Alguns bancos brasileiros signatários do Partnership for Carbon Accounting Financials

(PCAF), iniciativa que padroniza a medição e a divulgação das emissões de GEE associadas a empréstimos e investimentos, também participam do Capítulo Brasil do PCAF, fórum dedicado à adaptação da metodologia global de emissões financiadas ao contexto nacional. Da mesma maneira, integram o Nature Investment Lab (NIL), um ecossistema de investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (Nature-Based Solutions) liderado por algumas instituições brasileiras em colaboração com parceiros internacionais.

Case

Itaú | Programa Reverte

O Itaú é parceiro do Programa Reverte, uma iniciativa da Syngenta para apoiar agricultores na recuperação de áreas de pastagens degradadas, transformando-as em lavouras produtivas e sustentáveis, por meio de assistência técnica agrônômica e acesso a crédito de longo prazo.

Desde o início do programa, em 2021, foram concedidos R\$1,9 bilhão em crédito a 91 produtores, viabilizando a recuperação de 264 mil hectares de pastagens degradadas em 366 fazendas localizadas em oito estados brasileiros. Somente em 2024, o volume contratado chegou a R\$669 milhões, destinados à recuperação de 79 mil hectares.

Como parceiro financeiro, o Itaú oferece aos agricultores um financiamento com prazo de até dez anos e um período de carência de até três anos. Durante a carência, o agricultor paga apenas os juros do empréstimo, sem reembolso do valor principal.

Reguladores e o mercado trabalhando juntos

A grandiosidade dos desafios para conter as mudanças climáticas e criar mecanismos para a transição justa requer um esforço coordenado entre entidades multilaterais, governos, iniciativa privada e a sociedade como um todo.

Com esse olhar, reguladores e instituições bancárias brasileiras têm trabalhado juntos na construção de marcos legais, práticas, ferramentas e bases de dados que endereçam ações de enfrentamento, mitigação e adaptação dos sistemas humanos e naturais às mudanças do clima, contribuindo para reduzir riscos, minimizar danos e viabilizar oportunidades.

Nessa jornada, o Banco Central alinhou o mercado em torno de uma série de regulações e normas relacionadas às questões socioambientais. A Febraban, por seu lado, estabeleceu, no âmbito do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB), eixos normativos direcionados ao incentivo de boas práticas no setor bancário (ver [página 28](#)).

As primeiras normas a exigir que as instituições financeiras considerassem riscos socioambientais em suas operações de crédito, contudo, foram estabelecidas pelo Banco Central lá em 2008.

O passo seguinte foi a Resolução BCB 4.327/2014, que instituiu a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), marcando a formalização dessas diretrizes no Sistema Financeiro Nacional.

“O aprimoramento regulatório permite que as instituições financeiras tenham uma melhor percepção sobre a importância do tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticos. E os incorporem às estratégias de negócios e decisões que tragam impacto positivo e ampliem as oportunidades de investimento sustentável, ao mesmo tempo que fortalecem a gestão de ameaças”, reforça Kathleen Krause, Chefe-Adjunta do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial do Banco Central.

O arcabouço regulatório foi fortalecido com a Resolução CMN 4.557/2017, que trouxe o conceito de Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR). Pela primeira vez, a dimensão socioambiental passou a fazer parte de forma explícita da agenda setorial, exigindo que os bancos implementassem uma estrutura contínua e integrada de gestão de riscos e de capital – um avanço importante em relação às regras anteriores.

O relatório técnico do Plano de Ação Climática para a América Latina e o Caribe 2021-2025¹⁵, do Banco Mundial, afirma que o Brasil é pioneiro na integração prudencial de clima e ESG no setor bancário. O reconhecimento veio a partir da instauração da agenda BC#Sustentabilidade pelo Banco Central do Brasil, em 2020, que abrange a integração dos riscos climáticos e ambientais na estratégia, governança, gestão de riscos e divulgação das instituições financeiras, com referências explícitas ao marco da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

A agenda BC# Sustentabilidade marcou a modernização da instituição e do sistema financeiro nacional. A supervisão prudencial foi alinhada para promover as finanças sustentáveis e ampliar os requisitos de gerenciamento dos riscos socioambientais e climáticos. No ano seguinte,

a dimensão climática foi integrada à Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSAC)¹⁶.

Outras normas detalharam a gestão de riscos, a transparência e a divulgação de informações, como a Resolução BCB 139/2021, que instituiu o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), a Resolução BCB 151/2021 e a Instrução Normativa BCB 222/2021, que regem o envio de informações ao Banco Central sobre os riscos sociais, ambientais e climáticos de operações de crédito e investimentos.

Em 2024, uma nova rodada de normativos consolidou critérios de sustentabilidade para crédito rural, dados abertos e demonstrações financeiras. A agenda continua em constante atualização, alinhada às melhores tendências internacionais e à realidade do mercado brasileiro.



Temos o papel de encorajar as instituições a estarem em compasso com a regulação, que é bastante avançada.

**Francisco José Barbosa da Silveira, Chefe do
Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão
Especializada do Banco Central**



¹⁵ Plano de Ação Climática para a América Latina e o Caribe 2021-2025 ([Banco Mundial](#), 2025).

¹⁶ Resolução CMN 4.945/2021.

Práticas ESG na autorregulação bancária

A gestão do risco socioambiental foi integrada ao Sistema de Autorregulação Bancária (SARB), um conjunto de normas e procedimentos criados pela Febraban para padronizar práticas, aumentar a transparência e proteger consumidores de produtos e serviços financeiros, indo além dos requisitos regulatórios e colocando o eixo socioambiental no mesmo patamar das normas prudenciais.

No total, 25 instituições financeiras aderiram à Autorregulação, aplicando-a de forma voluntária. Ela abrange três eixos normativos: relacionamento com o consumidor, prevenção a ilícitos e responsabilidade socioambiental. Seu desenvolvimento foi iniciado em 2007, com a organização de um código de conduta voltado ao relacionamento entre bancos e clientes pessoa física.

Um ano depois, em agosto de 2008, nascia o Código de Autorregulação Bancária, que mais tarde deu lugar ao Código de Conduta Ética e Autorregulação, obrigatório para todas as instituições associadas à Febraban. O modelo trouxe uma lógica mais abrangente: qualquer banco associado deve seguir as normas de caráter principiológico do Código e pode, de forma voluntária, aderir a um ou mais eixos normativos de autorregulação.

A norma SARB 014/2014 foi a primeira a abordar a gestão de riscos socioambientais e climáticos pelos bancos. Ao completar 15 anos, em 2023, o SARB já tinha se consolidado como uma referência, ampliando o diálogo com órgãos de defesa do consumidor e reforçando o compromisso do setor com elevados padrões de transparência e responsabilidade.

Naquele ano, um novo normativo, o SARB 026/2023, estabeleceu diretrizes e procedimentos para que as instituições financeiras promovam, por meio de suas operações de crédito, atividades livres de desmatamento ilegal na cadeia de fornecimento da carne bovina até o final de 2025. A regra exige um sistema de monitoramento da cadeia de fornecimento para rastrear o gado desde sua origem até o abate, comprovando que não há compra de animais de áreas com desmatamento ilegal na Amazônia Legal e no Maranhão.

Em 2024, o SARB 014/2014 foi atualizado para refletir a nova regulação do Banco Central e incorporar as melhores práticas internacionais, como padronização do conteúdo mínimo da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), regras contra *greenwashing* e novas exigências para operações de crédito rural.

Selo da Autorregulação

O Selo da Autorregulação reforça o compromisso público das instituições financeiras que aderem, de forma voluntária, a pelo menos um dos três eixos normativos da Autorregulação. Criado pelo Normativo SARB 020/2018, ele é concedido apenas às instituições financeiras de nível II e III que cumprem os requisitos técnicos e os percentuais mínimos de conformidade definidos pela norma. A avaliação considera a adesão às regras, a consistência dos processos internos e a efetividade das práticas implementadas.



A low-angle photograph of a forest, looking up at the thick, textured trunks of large trees and the dense green canopy above. Sunlight filters through the leaves, creating a dappled light effect. A thin rope or cable is visible running vertically along one of the tree trunks.

Gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos

Gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos

Os bancos gerenciam seus próprios impactos, com estratégias de ecoeficiência para reduzir as emissões de GEE e o consumo de recursos como água e energia em suas atividades. Esse trabalho vai muito além do cumprimento das obrigações regulatórias: a gestão dos riscos está diretamente ligada ao potencial das instituições financeiras para influenciar boas práticas sociais, ambientais e de governança em suas cadeias produtivas.

Esses riscos se manifestam de múltiplas formas. Eventos climáticos extremos podem elevar a inadimplência de tomadores de crédito expostos a perdas agrícolas ou imobiliárias; reduzir o valor de ativos dados em garantia, comprometer bens segurados e pressionar as exigências de provisão de capital; e aumentar a volatilidade nos preços de *commodities*. Além disso, podem impactar a própria infraestrutura dos negócios, resultando na interrupção de atividades.

Dessa maneira, podem influenciar os resultados e a estabilidade do sistema financeiro, o capital regulatório e a reputação das organizações. “No Brasil, mais de 10% da carteira de crédito bancário está potencialmente exposta a riscos de inundação, o que levou o país a priorizar

a integração do clima em modelos de risco, subscrição e testes de estresse. Essa materialidade é um dos motivos pelos quais o Grupo Banco Mundial prioriza apoio técnico à gestão de riscos climáticos do setor financeiro no país”, comenta Marcela Ponce, da IFC.

Os bancos brasileiros começaram a incorporar variáveis socioambientais em seus processos de análise de risco há mais de duas décadas, quando foram desenvolvidas as primeiras ferramentas próprias para esse fim. O que começou como um olhar restrito ao crédito evoluiu para uma abordagem integrada, que considera dimensões sociais, ambientais e climáticas nos processos de aceitação e relacionamento com clientes de diferentes perfis, de grandes empresas a pequenos produtores rurais.

Essa trajetória consolidou a gestão socioambiental como um componente estratégico das operações do setor. Apoiando esse movimento desde o seu início, a Febraban tem atuado para prover apoio institucional, padronizar dados e engajar o setor em boas práticas, tanto por meio do SARB quanto por meio do desenvolvimento de estudos, análises e ferramentas. Confira, a seguir, os principais deles.

Roadmap TCFD

Um passo importante na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos foi o *roadmap* de implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures, iniciado pela Febraban em 2018. Como parte das entregas realizadas, o documento *Apoio à Gestão de Riscos Climáticos*¹⁷, de 2021, mapeou 42 ferramentas que fortaleceram a capacidade dos bancos de incorporar variáveis climáticas em suas decisões de crédito e investimento.

Em 2023, a entidade consolidou em um relatório¹⁸ o progresso desde o lançamento da iniciativa, trazendo orientações para práticas cada vez mais alinhadas aos padrões internacionais. Além disso, revisou uma ferramenta analítica¹⁹, desenvolvida em 2019, que correlaciona as recomendações da TCFD com outros *frameworks* de reporte e gestão de riscos do setor bancário.



¹⁷ Apoio à gestão de riscos climáticos: Guia de ferramentas abertas e restritas (Febraban, 2021).

¹⁸ Roadmap Febraban TCFD/FSB no Setor Bancário Brasileiro - Progresso desde 2018 (Febraban, 2023).

¹⁹ Ferramenta de correlação das recomendações da TCFD com outros frameworks - V.2 (Febraban, 2023)

Sensibilidade climática da carteira de crédito

A medição da sensibilidade climática da carteira de crédito é uma ferramenta que ajuda a identificar vulnerabilidades de diferentes setores da economia e mensurar o quanto as atividades financiadas pelos bancos estão expostas a riscos climáticos físicos e de transição. Dessa maneira, contribui para a antecipação de impactos relacionados ao risco de inadimplência, apoia a precificação de risco e capital regulatório e guia estratégias de crédito sustentável, direcionando recursos para empresas mais resilientes e alinhadas a compromissos de sustentabilidade.

A Régua de Sensibilidade Climática da Febraban nasceu em 2019 para auxiliar os bancos no atendimento a padrões internacionais (TCFD, ISSB e NGFS) e, posteriormente, à regulação do BCB. Ela facilita a priorização de ações para gerenciamento de risco climático e dos setores, clientes e operações que exigem maior atenção. É útil, também, para monitorar a exposição a riscos climáticos ao longo do tempo, servindo de base para a incorporação desses riscos na Declaração de Apetite a Riscos (RAS) das instituições.

Em 2021, a ferramenta passou por aperfeiçoamentos após a experiência de implementação por vários bancos associados e ganhou o nome de Régua Multissetorial de Sensibilidade ao Risco Climático²⁰, garantindo o alinhamento com iniciativas relevantes, como a Taxonomia Verde da Febraban. A ferramenta foi estruturada para operar em três camadas de análise, que aumentam progressivamente a granularidade, o grau de esforço e a sofisticação do levantamento. As camadas podem ser aplicadas de forma sequencial ou individual, dependendo do nível de informação disponível sobre a carteira e dos objetivos da análise.

Como desdobramento, foi lançada em 2023 a Régua de Sensibilidade ao Risco Climático da Carteira Agro²¹. A iniciativa surgiu em resposta à relevância do setor agropecuário na economia brasileira e à vulnerabilidade dessa atividade às mudanças climáticas. Ao contrário da régua multissetorial, que abrange diferentes segmentos econômicos, essa ferramenta é focada nas particularidades do setor agropecuário, permitindo valorizar aspectos como a diversidade de culturas, a criticidade da localização das propriedades e a existência de seguro rural.

²⁰ Régua Multissetorial de Sensibilidade ao Risco Climático - versão 2.0 ([Febraban](#), 2020).

²¹ Régua de Sensibilidade ao Risco Climático da Carteira Agro ([Febraban](#), 2023)

Bradesco

Fomentando negócios sustentáveis

Em 2021, o Bradesco assumiu a meta de destinar R\$250 bilhões até dezembro de 2025 para iniciativas alinhadas à taxonomia sustentável da Febraban. O objetivo foi alcançado com um ano de antecedência, o que levou o banco a ampliar voluntariamente a meta em mais R\$100 bilhões, elevando o compromisso total para R\$350 bilhões no mesmo período.

Essa atuação contempla a concessão de crédito para atividades de contribuição positiva, produtos e serviços financeiros socioambientais, assessoria na estruturação de soluções de crédito e dívida vinculadas a critérios ESG, e instrumentos viabilizadores com critérios de sustentabilidade. Somente em 2024, foram R\$78 bilhões destinados a negócios de impacto positivo.

Entre os destaques estão o financiamento de veículos híbridos e elétricos, que somou R\$1,5 bilhão em 2024; o financiamento à energia solar, com R\$1,03 bilhão em 2024; e o Programa Fundo Clima, com desembolsos de R\$225 milhões até 2024. No mesmo período, o banco estruturou 41 operações de crédito e dívida vinculadas a critérios ESG, totalizando R\$12,3 bilhões, com destaque para os setores de energia renovável, responsável por R\$6,5 bilhões, e de saneamento ambiental, que movimentou R\$5,2 bilhões.

Mensuração das emissões financiadas

Como parte das iniciativas para apoiar o setor bancário na implementação das recomendações da TCFD, a Febraban lançou, em 2020, um *Guia sobre Mensuração de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Setor Bancário*²². O material apoia a quantificação e o reporte das emissões de GEE decorrentes das concessões de crédito e investimentos, as chamadas “emissões financiadas”, utilizando como base o *framework* da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF).

O Guia apresenta um panorama nacional das experiências de mensuração adotadas por bancos brasileiros, além de metodologias e práticas reconhecidas. Aborda, ainda, desafios e recomendações para que as instituições avancem na mensuração de emissões financiadas. Dando seguimento ao tema, o setor está desenvolvendo uma base de dados comum, com o objetivo de padronizar as informações utilizadas pelas instituições financeiras, promovendo maior comparabilidade entre elas e incentivando também os bancos de menor porte a mensurar e divulgar suas emissões financiadas.

Com isso, o Projeto de Emissões Financiadas 2025 tem como foco a criação de uma base integrada que reúna informações financeiras de todas as companhias abertas, dados de emissões de GEE divulgados publicamente por empresas da economia real, fatores de emissão setoriais e alinhamento de premissas. Além disso, contempla o desenvolvimento de uma trilha educacional sobre emissões financiadas e de uma ferramenta de cálculo, baseada na metodologia do PCAF, com a inclusão de dados padronizados e nacionais, para uso dos associados da Febraban.



²² *Guia sobre Mensuração de Emissões de GEE no Setor Bancário* ([Febraban](#), 2022).

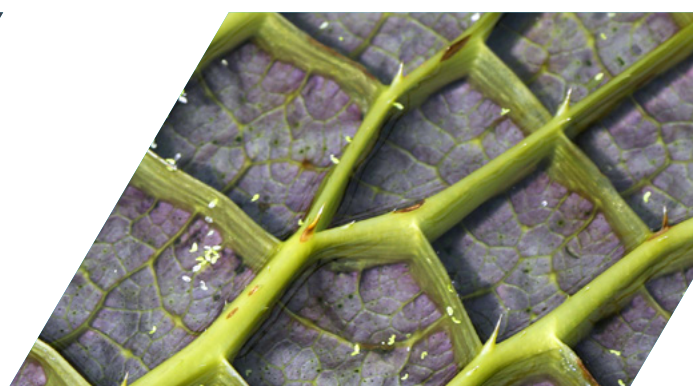
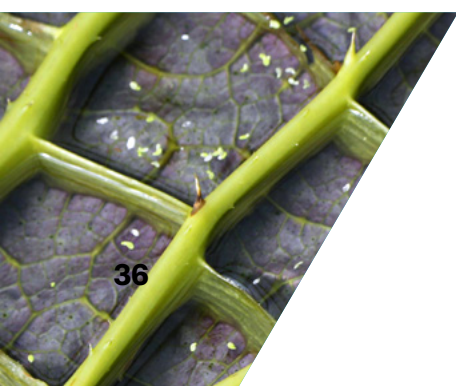
Bradesco

Pioneirismo no cálculo das emissões financiadas do portfólio

O Bradesco foi o primeiro banco brasileiro a medir e divulgar as emissões financiadas do portfólio de sua carteira de crédito corporativo, trazendo maior transparência ao impacto climático de seus negócios. A iniciativa foi um primeiro passo na jornada de descarbonização de portfólio do banco, que no ano seguinte estabeleceu metas de descarbonização em setores estratégicos, alinhadas ao objetivo global de reduzir emissões líquidas de GEE, em conformidade com o Acordo de Paris.

A estratégia climática do banco busca reduzir as emissões financiadas e a exposição a riscos físicos e de transição em seus negócios e operações, procurando direcionar recursos para iniciativas que apoiem os clientes na redução de suas emissões, como uso de energia renovável, eficiência, agricultura sustentável e tecnologias de baixo carbono.

O engajamento dos clientes é central nessa trajetória e considera o estágio de maturidade de cada um, oferecendo soluções sob medida, de crédito a produtos financeiros sustentáveis e assessoria especializada, para apoiar a transição e fortalecer a resiliência de seus negócios.



Análise de riscos associados ao capital natural

A agricultura e a pecuária são atividades fundamentais para a economia brasileira, mas exercem forte pressão sobre o capital natural, especialmente em setores como soja, pecuária e produtos florestais. Hoje, as principais fontes de emissões de GEE no Brasil decorrem do uso da terra, em especial do desmatamento ilegal. Por isso, falar sobre o cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil significa, acima de tudo, tratar do combate ao desmatamento.

No entanto, identificar e gerenciar os riscos decorrentes do desmatamento pode ser uma tarefa complexa. As cadeias produtivas apresentam estruturas intrincadas, muitas vezes compostas por múltiplos fornecedores a montante — como produtores rurais, intermediários de grãos, criadores de gado e outros fornecedores de matéria-prima para frigoríficos ou indústrias de alimentos. Esse contexto se agrava nas operações de varejo, onde os clientes se relacionam com redes de fornecimento extensas e dispersas.

Reconhecendo a relevância do tema, a Febraban publicou, em 2017, o estudo *Riscos e Oportunidades Associados ao Capital Natural para o Setor Financeiro*²³. O trabalho mostrou que a

conexão entre capital natural e clientes do sistema financeiro exige atenção redobrada do setor bancário, já que a falta de integração desses aspectos na análise de risco pode resultar em problemas legais, reputacionais, de crédito e de mercado. O estudo buscou identificar tendências e desafios no controle do desmatamento, propor melhorias nas análises de risco socioambiental na concessão de crédito e fornecer informações para que o Sistema Financeiro Nacional se posicione frente às demandas nacionais e internacionais relacionadas à redução do desmatamento.

Apontou, ainda, oportunidades para que o setor apoie o fortalecimento da agroindústria exportadora brasileira em sintonia com critérios de responsabilidade socioambiental. Um dos pontos centrais nessa agenda é a valorização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento que apoia o monitoramento e a regularização ambiental das propriedades rurais. O tema vem sendo discutido em um grupo de trabalho interinstitucional, com o objetivo de identificar ações que ampliem a confiabilidade e a efetividade do sistema.

Aprofundando o tema, a Febraban publicou o relatório *Instituições Financeiras e a Gestão do Risco de Desmatamento*, analisando os impactos do

²³ *Riscos e Oportunidades Associados ao Capital Natural para o Setor Financeiro* ([Febraban/GVces](#), 2017).

desmatamento em cadeias produtivas estratégicas e suas implicações na gestão de risco no setor financeiro. Em paralelo, a entidade já olhava para a oportunidade de transformar a preservação ambiental em ativo negociável no mercado de capitais.

Esse enfoque foi iniciado em 2015, com a publicação do material *Cotas de Reserva Ambiental* (CRAs), que discutia como esse mecanismo previsto no Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) poderia ir além da compensação ambiental. O estudo analisou oportunidades e limites para atrair investidores sem vínculo direto com a recomposição de áreas de Reserva Legal, mas interessados em retorno financeiro ligado à agenda florestal e aos serviços ecossistêmicos. Também apresentou referências internacionais de mercados ambientais regulados, indicando a necessidade de aprofundar análises para adaptar esses aprendizados ao contexto brasileiro.

Mais recentemente, o grupo técnico da Febraban desenvolveu, em parceria com a UNEP-FI, o estudo *Gestão do Risco de Desmatamento e Oportunidades de Financiamento para Cadeias Livres de Desmatamento e Conversão*. O material consolida os elementos essenciais para que os bancos avaliem e mitiguem esse tipo de risco,

abordando os impactos do desmatamento sobre o capital natural, o arcabouço legal vigente e as oportunidades de negócios que valorizam a floresta em pé e a recuperação da vegetação nativa. Apresenta, ainda, recomendações práticas e objetivas para orientar a atuação das instituições financeiras nesse contexto.

O estudo já considera a Resolução CMN 5.193/2024, que integra de forma explícita variáveis ambientais nas decisões de crédito e posiciona os bancos como protagonistas na indução de práticas mais sustentáveis no campo. A partir de 2026, a norma eleva os requisitos de monitoramentos do desmatamento, envolvendo o PRODES²⁴, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), entre outros.

Ao olhar essas questões em suas análises, instituições financeiras não apenas reduzem a exposição de suas carteiras aos riscos de desmatamento, como também contribuem para a prosperidade de iniciativas que apoiam a transição climática, com destaque para reflorestamento, restauração florestal, recuperação de áreas degradadas, redução das emissões de GEE e, por consequência, redução das suas emissões financiadas.

²⁴ Projeto [PRODES](#).

Roadmap de gestão do risco de desmatamento e conversão, iniciado em 2025

Etapas	Ações
Identificação dos riscos relacionados ao capital natural	Incorporação dos riscos ambientais na estrutura de governança de gestão de riscos
	Treinamentos e capacitações
	Mapeamento/monitoramento dos riscos físicos
	Mapeamento/monitoramento dos riscos de transição
Entendimento da exposição ao risco de desmatamento das cadeias produtivas financiadas	Mapear setores produtivos críticos para o desmatamento
	Entender a estrutura produtiva desses setores (fragmentação, características dos produtos e das transações)
	Mapear o elo produtivo no qual o cliente se insere
	Definir protocolos e exigir compromissos de monitoramento de fornecedores para operações de atacado
Regramento atual e estratégias dos bancos	Definir estratégias para monitoramento dos critérios de elegibilidade previstos no SNCR
	Aderir às autorregulações de mercado e aos compromissos voluntários
	Construir políticas de sustentabilidade (PRSAC), relatórios (GRSAC), diretrizes de boas práticas e compromissos setoriais
Alternativas para aprimorar a gestão de risco de desmatamento	Incorporar ferramentas de observância do desmatamento
	Incorporar a observância do desmatamento no processo de subscrição de riscos
	Definir marcos temporais e critérios de elegibilidade relacionados ao desmatamento, para além do regramento que se tornará vigente em janeiro de 2026
	Observar a heterogeneidade da gestão da política ambiental de cada estado/município e os custos de transação que surgirão a partir da incorporação da observância
	Definir estratégias para gestão do risco de transbordamento do desmatamento (grupo econômico, outras propriedades)
	Gerir o risco de desmatamento de forma ampla, como, por exemplo, acompanhando mídias desabonadoras
	Customizar produtos financeiros que envolvam critérios de não conversão
	Construir produtos financeiros que paguem o custo de oportunidade de abertura de vegetação nativa
	Construir produtos financeiros que valorem o excedente de vegetação nativa
	Observar outros fatores associados ao risco de desmatamento, numa perspectiva de identificar aqueles com risco, mas que não desmataram
	Definição de KPIs de modo a avaliar a exposição ao risco de desmatamento e o desempenho das carteiras

BTG Pactual Timberland Investment Group

Estratégia de Reflorestamento

O BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG) lançou em 2021 sua Estratégia de Reflorestamento na América Latina. Com a organização não governamental Conservação Internacional como conselheira de impacto, a estratégia busca conservar e restaurar aproximadamente 135 mil hectares de florestas nativas e estabelecer outros 135 mil hectares de florestas comerciais sustentáveis certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC), em áreas previamente desmatadas ou degradadas na América Latina. A estratégia também tem como foco a produção e comercialização de produtos florestais de impacto climático positivo, bem como a geração e venda de créditos de carbono.

No bioma Cerrado do Brasil, um *hotspot* de biodiversidade de relevância global, o TIG e a Conservação Internacional iniciaram a restauração de mais de 10 mil hectares de vegetação nativa. Esse esforço aumentou em aproximadamente 50% a área total em restauração na região do Cerrado, até abril de 2025. Até o momento, mais de 500 espécies de plantas e animais já foram identificadas nas propriedades envolvidas na estratégia.

Gestão do risco de desmatamento na cadeia da carne bovina

Estabelecida na autorregulação pelo SARB 026/2023, a gestão do risco de desmatamento ilegal na cadeia da carne bovina determina que bancos que financiam frigoríficos e matadouros exijam que estes adotem medidas de rastreabilidade e monitoramento da origem do gado, com implementação obrigatória até dezembro de 2025. A regra prevê que os sistemas sejam capazes de cruzar informações sobre embargos, sobreposições com áreas protegidas, autorizações de supressão de vegetação e dados do CAR. O objetivo é evitar que fornecedores diretos e indiretos estejam ligados a práticas de desmatamento ilegal.

Santander

Apoio ao reflorestamento na Amazônia

Em 2022, o Santander cofundou a Biomas, empresa de restauração de ecossistemas que pretende proteger e restaurar 4 milhões de hectares no Brasil, com o plantio de 2 bilhões de árvores nativas nos próximos 20 anos, reduzindo cerca de 900 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera. A empresa também irá gerar créditos de carbono de alta qualidade e empregos em regiões mais necessitadas.

Em 2025, a Biomas lançou seu projeto em parceria com a Veracel Celulose, no sul da Bahia. O projeto Muçununga prevê investimento inicial de R\$55 milhões para restaurar 1.200 hectares com o plantio de 2 milhões de mudas de 70 espécies nativas – número significativamente superior à média dos projetos atuais. A expectativa é gerar 500 mil créditos de carbono ao longo de 40 anos, com valor de mercado *premium* devido à alta biodiversidade e aos impactos sociais positivos. Parte dos créditos será usada para manter a área restaurada, e o restante será dividido entre Biomas e Veracel. O projeto também visa gerar emprego, renda e benefícios ambientais, como melhora na qualidade do solo, água e proteção da biodiversidade.

Bradesco

Parcerias para a restauração da Mata Atlântica e conservação de florestas

Parceiro da Fundação SOS Mata Atlântica desde 1989, o Bradesco já investiu mais de R\$182 milhões, que possibilitaram o plantio de mais de 34 milhões de árvores nativas equivalentes a 17 mil hectares restaurados em 1.350 municípios de nove estados brasileiros. O banco apoia a manutenção do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que se tornou a principal ferramenta para monitorar e divulgar dados sobre desmatamento e áreas de conservação do bioma.

Na Amazônia, como cofundador da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), há 17 anos, apoia projetos que conciliam conservação da floresta e qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Mais de 11,4 mil famílias em cerca de 590 comunidades já foram beneficiadas por iniciativas na Amazônia, que vão desde capacitação técnica para o uso sustentável de recursos naturais até educação financeira e turismo comunitário.

O Bradesco também é a instituição financeira responsável pelo repasse dos pagamentos do programa “Guardiões da Floresta”, primeira política estadual de pagamentos por Serviços Ambientais do Brasil, implementada pelo Governo do Amazonas em 2007.





Financiando a transição para a economia de baixo carbono

Financiando a transição para a economia de baixo carbono

O Brasil assumiu a meta de reduzir as emissões líquidas de GEE do país entre 59% e 67% até 2035 na comparação com 2005, além do objetivo de alcançar a neutralidade de emissões até 2050. O compromisso foi estabelecido na nova NDC²⁵ do país, alinhada ao Acordo de Paris e entregue às Nações Unidas no final de 2024. Isso demanda um corte de emissões brasileiras entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente nos próximos dez anos.

Para chegar lá, será necessário mobilizar um gigantesco volume de recursos. O Independent High-Level Expert Group on Climate Finance²⁶, grupo de especialistas independentes focado em avaliar e propor recomendações sobre como o sistema financeiro pode ajudar a alcançar as metas do Acordo de Paris, estima que os países em desenvolvimento, excluindo a China, precisarão de cerca de US\$2,4 trilhões anuais em investimentos alinhados ao clima até 2030.

O Brasil e outros países em desenvolvimento trabalham, no âmbito da COP30, para angariar US\$1,3 trilhão ao ano até 2035. Globalmente, o crescimento econômico alinhado ao clima exigirá mais de US\$8 trilhões ao ano nesse período²⁷. Nenhum agente isolado será capaz de mobilizar esse volume de recursos. Por isso, o financiamento climático combina diferentes fontes de capital — de títulos privados a instrumentos soberanos, recursos governamentais, fundos bilaterais/multilaterais e até mesmo a filantropia.

As instituições financeiras desempenham papel decisivo nesse processo, ajudando a captar e a canalizar recursos para projetos que apoiem a transição justa. “É uma nova forma de pensar os negócios. Introduzimos uma variável dentro da tomada de decisão, que passa a considerar risco, retorno e impacto”, afirma Isabela Damaso, Chefe de Sustentabilidade do Banco Central.

²⁵ Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris ([Gov.Br](#), 2024).

²⁶ Independent High-Level Expert Group on Climate Finance ([IHLEG](#), 2025).

²⁷ Global Landscape of Climate Finance 2025 ([Climate Policy Initiative](#), 2025).

O investimento privado precisa crescer substancialmente para fechar a lacuna de financiamento alinhado ao clima. “O fluxo anual de financiamento climático para países em desenvolvimento foi de cerca de US\$425 bilhões em 2019”, destaca Marcela Ponce, da IFC. “Esses fluxos devem pelo menos quintuplicar até 2030, com 80% a 90% provenientes do setor privado”, sinaliza.

Segundo ela, acelerar a transição para um crescimento de baixo carbono resiliente e inclusivo, com foco nas pessoas e nos empregos, ajuda empresas e economias dos mercados emergentes a se tornarem e permanecerem competitivas na economia global.

Case

Sicredi | Finanças sustentáveis

Em 2019, o Sicredi iniciou uma captação de US\$100 milhões junto ao BID Invest e ao Climate Investment Funds (C2F), com foco exclusivo em projetos de energia solar. Em 2021, o Sicredi ampliou seu escopo ao realizar sua primeira captação com finalidade social, direcionada ao apoio de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) lideradas por mulheres, totalizando US\$80 milhões.

Em 2022, foi a primeira instituição financeira do Brasil a emitir uma Letra Financeira Pública Sustentável, com alocação de recursos alinhada ao seu *Framework* de Finanças Sustentáveis. Desde o início dessa trajetória, já foram captados mais de US\$1,5 bilhão por meio de parcerias com organismos multilaterais como IFC, BID, CAF, EIB e DEG, além de emissões rotuladas bilaterais e públicas.

Reforçando esse compromisso, em agosto de 2025, US\$100 milhões foram captados junto ao IFC, com foco no apoio a micro e pequenas empresas lideradas por mulheres e micro e pequenas empresas situadas na Amazônia.

Estímulo ao desenvolvimento das dívidas sustentáveis

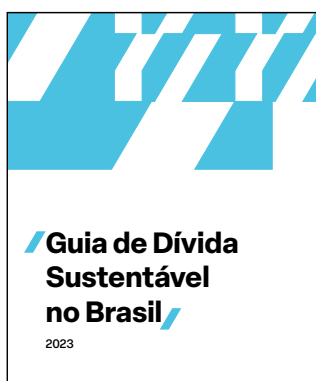
O volume global das operações de dívidas sustentáveis, que atingiu US\$7,6 trilhões até 2025, segundo o Institute of International Finance²⁸, dá uma dimensão do potencial dos bancos para mobilizar recursos para o financiamento climático. O Brasil é um dos principais *players* desse mercado entre os países emergentes, com mais de R\$424 bilhões captados entre 2015 e 2024²⁹, somando, em setembro de 2025, 425 operações baseadas no uso de recursos ou vinculadas a indicadores de sustentabilidade, como *sustainability-linked bonds*.

Desde a primeira emissão de um título verde no Brasil, em 2015, o mercado doméstico de dívida sustentável cresceu de forma exponencial, diversificando perfis de emissores, produtos e setores envolvidos. Articulando-se com a academia e outras organizações promotoras da sustentabilidade, os grupos de trabalho da Febraban, integrados

por representantes dos bancos, desenvolveram uma série de ferramentas e guias orientativos para disseminar o conceito e incentivar o desenvolvimento desse mercado.

Esse trabalho foi iniciado em 2014, quando a Febraban e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) estabeleceram uma parceria para analisar possíveis caminhos para o sistema financeiro nacional alavancar a transição para a economia verde. O primeiro fruto da parceria foi a pesquisa *Green Bonds*³⁰, publicada em 2015, que introduziu a reflexão sobre as particularidades da dívida corporativa e caminhos para expansão do setor no Brasil.

Em 2016, foi publicado o *Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil*³¹, em parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento



²⁸ Sustainable Debt Monitor (IIF, 2025).

²⁹ ERM NINT ([Base de Dados Dívida ESG no Brasil](#), 2025).

³⁰ Green Bonds ([Febraban/GVces](#), 2015).

³¹ *Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil* ([Febraban/CEBDS](#), 2016). A publicação evoluiu para o *Guia de Dívida Sustentável*, de 2023.

Sustentável (CEBDS) e apoio do FGVces, orientando os agentes do mercado de renda fixa — emissores, coordenadores (*underwriters*), investidores e avaliadores externos — sobre o processo de emissão desses títulos.

Naquele ano, o mercado contemplava apenas quatro emissões desses títulos, que somavam R\$5,2 bilhões. Até agosto de 2025, os bancos brasileiros já haviam captado mais de R\$58 bilhões em operações rotuladas e direcionadas a atividades com impactos ambientais, sociais e climáticos positivos.

Um dos enfoques, no âmbito da Febraban, tem sido o direcionamento de subsídios para o desenvolvimento de temas que contribuam para a expansão dos

investimentos em assuntos relevantes para a sociedade. Nesse sentido, foram lançadas, entre 2016 e 2018, várias ferramentas com recomendações e metodologia para identificar modelos de financiamento viáveis para apoiar a recomposição florestal³² prevista no Código Florestal de 2012 e o desenvolvimento da energia solar³³ e das edificações sustentáveis, com foco em eficiência energética³⁴.

425 operações de dívidas atreladas a indicadores ESG

R\$424 bilhões captados entre 2015 e 2024

Case

BTG Pactual | Systemica

Em 2023, o BTG Pactual avançou em sua agenda de ativos ambientais por meio da aquisição de participação minoritária na Systemica, empresa brasileira especializada no desenvolvimento e implementação de projetos de geração de créditos de carbono e outros ativos ambientais.

Fundada em 2012, a Systemica possui experiência em compensação de emissões de GEE, atuando também em modelo de consultoria para empresas de diferentes setores. A partir de 2024, expandiu sua atuação para projetos de reflorestamento e, em 2025, foi anunciada como vencedora da primeira concessão de terras públicas da América Latina destinada ao restauro ambiental, lançada pelo Pará, sede da COP30, para a recuperação de 10 mil hectares nesse estado.

³² Financiamento da Recomposição Florestal para o Setor Financeiro ([Febraban/GVCes](#), 2016).

³³ Financiamento para Energia Solar Fotovoltaica em Geração Distribuída ([Febraban/GVCes/Absolar](#), 2018).

³⁴ Edificações Sustentáveis e Eficiência Energética ([Febraban/GVCes](#), 2017).

Marcos na jornada da dívida sustentável no Brasil



Banco do Brasil

Projetos de crédito de carbono

Como resultado de suas iniciativas de preservação e restauração florestal, o Banco do Brasil somou mais de 850 mil hectares de florestas conservadas e/ou reflorestadas até o final do primeiro semestre de 2025. O banco tem o compromisso público de atingir 2 milhões de hectares até 2030.

Por meio do apoio a iniciativas de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, reflorestamento, restauração florestal e práticas de agricultura sustentável, vem trabalhando para a diminuição de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. Ainda foram incentivados projetos de biogás para geração de energia e biometano. Hoje, o banco soma 30 projetos em desenvolvimento nessas frentes, capazes de gerar cerca de 3 milhões de créditos de carbono por ano.

Um dos projetos em desenvolvimento é o Águas do Interior Paulista, que prevê o reflorestamento de até 50 mil hectares com espécies nativas de Cerrado e Mata Atlântica, construindo um corredor ecológico ao redor da bacia hidrográfica na região. O projeto conta com a parceria da Coopercitrus e Ambipar.



Além do avanço dos instrumentos de dívida sustentável, há um conjunto crescente de fontes de financiamento públicas e mistas, que se somam para ampliar o alcance da agenda socioambiental e climática. Fundos nacionais, como o Fundo Amazônia e o FUNBIO, apoiam projetos de mitigação, adaptação e conservação, enquanto fundos multilaterais públicos, como o Global Environment Facility (GEF) e o Green Climate Fund (GCF), aportam capital e conhecimento técnico, fortalecendo programas de longo prazo.

Organismos multilaterais de desenvolvimento também têm sido decisivos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da América Latina e a IFC — organização que bateu recordes de investimentos no Brasil com US\$7,3 bilhões entre julho de 2023 e junho de 2024, 12% a mais do que no período anterior. “Foi o maior programa de investimentos da IFC no mundo. A carteira comprometida alcançou US\$7,7 bilhões no período”, conta Marcela Ponce.

“Do total de US\$7,3 bilhões em investimentos no período, US\$1,6 bilhão foi de financiamentos de longo prazo com recursos próprios da IFC, US\$5,1 bilhões vieram de mobilizações e US\$682 milhões de financiamentos de curto prazo para comércio e cadeia de suprimentos, visando à continuidade dos fluxos comerciais”, explica a liderança da IFC. Do montante de investimentos com recursos próprios, 50%³⁵ foram destinados a projetos que incorporam soluções para a mitigação ou adaptação climática no Brasil. Globalmente, a IFC destinou US\$9,1 bilhões com recursos próprios e mobilizou outros US\$10,2 bilhões com terceiros,

perfazendo US\$19,3 bilhões em financiamento climático.

Há, ainda, programas e plataformas estratégicos, como o Programa Eco Invest, do Governo Federal, que impulsiona investimentos privados sustentáveis e atrai capital externo para projetos de longo prazo. O primeiro leilão do Programa, realizado em 2024, movimentou R\$6,8 bilhões, com potencial de destravar cerca de R\$45 bilhões em novos investimentos sustentáveis até 2026. Já o segundo contou com 11 instituições financeiras e teve demanda de R\$17,3 bilhões em recursos catalíticos, capazes de mobilizar R\$31,4 bilhões em investimentos totais — públicos e privados — para a recuperação de áreas degradadas em todo o país³⁶. O terceiro leilão, anunciado em outubro de 2025, oferecerá um mecanismo de proteção cambial inédito entre países emergentes, o que promete atrair ainda mais o interesse de investidores internacionais³⁷.

Outra importante iniciativa é a Plataforma Brasileira de Investimentos Climáticos (BIP), criada com apoio do GFANZ e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Focada em projetos relacionados a soluções baseadas na natureza, bioeconomia, indústria, mobilidade e energia, a BIP já conta com um *pipeline* inicial de US\$10,8 bilhões em sete projetos confirmados e abertos a investidores domésticos e internacionais³⁸. Essa combinação de instrumentos e parcerias reforça a capacidade do país de transformar oportunidades em resultados concretos e sustentáveis e acelerar a implementação do Plano de Transformação Ecológica e do Plano Clima.

³⁵ IFC Continues to Expand Impact in Brazil with Record Financing in Fiscal Year 2024 (IFC, 2024).

³⁶ Leilão do Eco Invest Brasil tem demanda de R\$17,3 bilhões e potencial para gerar R\$31,4 bilhões em investimento para recuperação de áreas degradadas (Ministério da Fazenda, 07/08/2025).

³⁷ Governo Federal anuncia 3º leilão do Eco Invest Brasil para atrair investimentos em participação societária (Ministério da Fazenda, 08/10/2025).

³⁸ Governo lança plataforma para atrair investimentos para economia verde do Brasil (CNN Brasil, 2024).

Case

Banco do Brasil

Futuro sustentável com sociobioeconomia e inclusão

O Banco do Brasil tem investido em iniciativas para transformação socioeconômica da Amazônia Legal, somando uma carteira de R\$2 bilhões até o primeiro semestre de 2025, que beneficia cerca de 62 mil pessoas. Dentre as iniciativas está o Hub Financeiro de Sociobioeconomia, que oferece crédito, assistência técnica e educação financeira com atendimento “digital”.

O banco também firmou acordos estratégicos com organismos internacionais, como os US\$400 milhões captados com o Banco Mundial para ampliar o crédito a iniciativas sustentáveis no Cerrado e na Amazônia Legal. Junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ao Fundo Verde para o Clima, captou US\$250 milhões para o Programa BB Amazônia, voltado a negócios sustentáveis e infraestrutura verde.

Case

Sicoob

Financiamento à produção de biogás

O Sicoob financiou R\$15 milhões para a Cooperativa dos Produtores de Energia e Adubo (COOPENAD), de Salgado Filho (PR), para a implantação da primeira usina de biogás da região. A cooperativa, fundada por 44 produtores rurais, tem como objetivo transformar passivos ambientais em oportunidades sustentáveis, convertendo dejetos de suínos, bovinos e aves em energia renovável e fertilizante organomineral, tratando 95% dos resíduos animais locais. A usina é capaz de gerar 700 kWh/hora, suficientes para abastecer mais de 3 mil residências e produzir 600 t/mês de adubo.

O projeto alia economia circular, inclusão social e governança corporativa, o que fortalece cadeias produtivas rurais, cria empregos e posiciona o sistema financeiro brasileiro como agente ativo na transição para uma economia de baixo carbono.

Plano de Transformação Ecológica e Plano Clima

O Plano de Transformação Ecológica (PTE), coordenado pelo Ministério da Fazenda, e o Plano Clima, sob responsabilidade do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, atuam de forma complementar na estratégia brasileira para alinhar crescimento econômico e sustentabilidade.

O PTE, lançado em 2023, estabelece diretrizes econômicas e instrumentos financeiros para impulsionar a transição para o baixo carbono. Ele destaca o impacto da transição energética e outras atividades ligadas à agenda climática no PIB e no emprego no Brasil nas próximas décadas. Também contextualiza o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e fundamenta o Arcabouço de Títulos Soberanos Sustentáveis, que permite ao país emitir títulos verdes, sociais e sustentáveis com lastro em programas orçamentários de impacto ambiental e social positivo. Em sua estreia, o país lançou um título soberano sustentável de US\$2 bilhões, com vencimento em sete anos, cujos recursos foram destinados ao financiamento de ações climáticas e desenvolvimento pelo BNDES a taxas favorecidas.

Já o Plano Clima define metas e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas até 2035. Ele possibilita que os objetivos climáticos nacionais estejam amparados por mecanismos concretos de financiamento e políticas públicas capazes de transformar metas ambientais em resultados efetivos para o desenvolvimento sustentável do país. Ele ainda contou com a participação da sociedade em sua construção. Através da plataforma Brasil Participativo e plenárias presenciais em todos os biomas, cidadãos e especialistas contribuíram ativamente, garantindo que o plano reflita as necessidades e realidades do país.

A integração entre o PTE e o Plano Clima aspira que os objetivos climáticos nacionais estejam amparados por mecanismos concretos de financiamento e políticas públicas capazes de transformar metas ambientais em resultados efetivos para o desenvolvimento sustentável do país.

Case

BNDES | **BNDES Azul**

Lançada em 2024, a iniciativa do BNDES para fortalecimento da economia azul engloba a restauração de manguezais, em parceria com a Petrobras, fortalecendo a proteção costeira e a captura de carbono, além do financiamento de estudos para mapear e organizar o uso sustentável do espaço marinho no Brasil.

Outra iniciativa do BNDES Azul é a chamada pública para projetos de recuperação e conservação de recifes de corais rasos e bancos de corais brasileiros. No total, R\$88 milhões serão destinados a projetos com prazo de execução máximo de 36 meses após a contratação, localizados entre a Bahia e o Ceará, incluindo o Parque Manoel Luís (MA) e o complexo de Abrolhos (BA/ES).

Uma nova chamada pública, mais recente e em andamento, movimentou R\$80 milhões para promover a melhoria da qualidade do *habitat* reprodutivo para conservação de espécies de aves marinhas em ilhas contempladas em Unidades de Conservação federais.

Taxonomia Verde Febraban

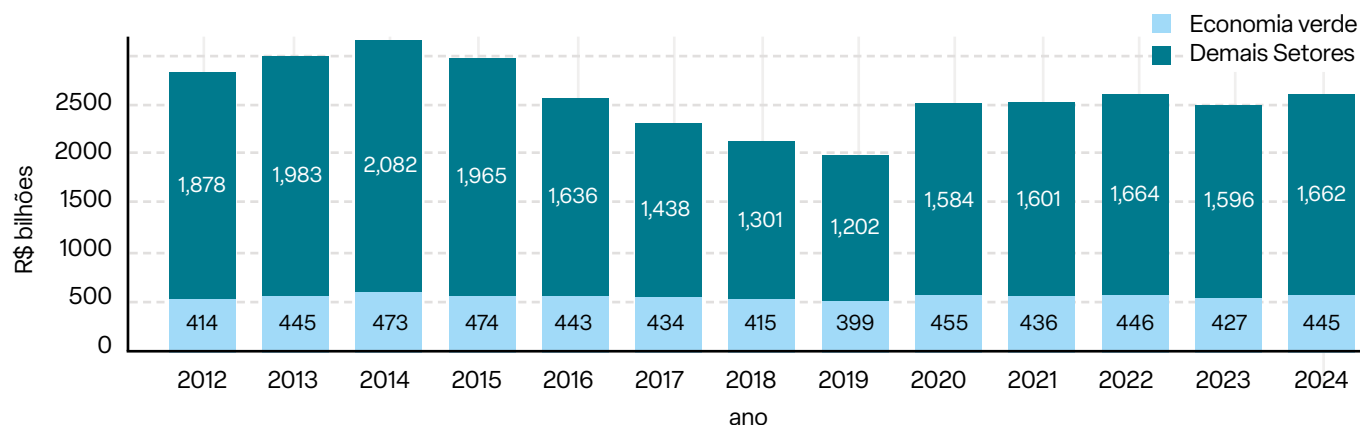
A Febraban deu um passo importante ao conduzir um estudo voltado à mensuração dos fluxos de crédito para a economia verde³⁹, em 2015. Esse trabalho serviu de base para o desenvolvimento da Taxonomia Verde Febraban, um sistema pioneiro na identificação e categorização de atividades econômicas e financeiras com base em seus impactos socioambientais e grau de exposição a riscos climáticos.

A Taxonomia estabeleceu um padrão de fácil aplicação pelos bancos para identificar o que é e o que não é financiamento verde, apoiando a medição dos recursos alocados em projetos focados na transição para a economia de baixo

carbono e combatendo o *greenwashing*. Até 2018, os principais bancos reportavam voluntariamente os volumes de crédito para empresas.

A metodologia foi revisada em 2020, quando passou a considerar também dados fornecidos pelo Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, abrangendo, então, 100% do crédito concedido a pessoas jurídicas no Brasil. Com o apoio do Banco Central em parceria com a PUC, os dados se tornaram públicos e vêm sendo atualizados anualmente. No mesmo ano, a classificação evoluiu para três categorias: “Economia Verde”, “Exposição às mudanças climáticas” e “Exposição ao risco ambiental”.

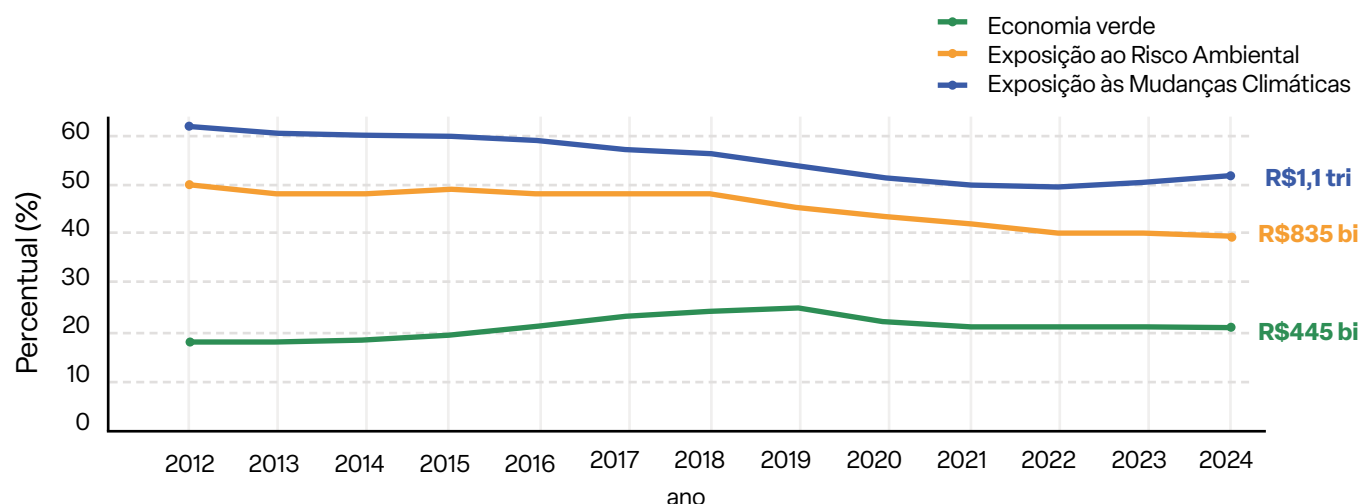
Enquadramento das operações de crédito como setores de economia verde - PJ (R\$ bilhões)



Fonte: SCR/Banco Central (2012-2024) e Taxonomia Verde FEBRABAN (2021)

³⁹ Mensurando Recursos Financeiros Alocados na Economia Verde ([Febraban/GVces](#), 2015).

Setores de exposição ao risco ambiental, economia verde e exposição às mudanças climáticas - Taxonomia Verde Febraban



Case

Banco Safra

Parcerias estratégicas e financiamento sustentável

O Banco Safra mantém relacionamento de negócios com a Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft (DEG), instituição de desenvolvimento financeiro, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW). Essa parceria gerou *funding* de longo prazo para a instituição financiar veículos elétricos e híbridos. A parceria contemplou o atingimento de requisitos ESG na gestão do Safra, assim como a implantação de novos processos.

O banco atua, assim, estabelecendo um relacionamento de longo prazo com instituições financeiras nacionais e internacionais, alocando linhas direcionadas a questões socioambientais e climáticas.

Taxonomia Sustentável Brasileira

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) surge como um instrumento-chave para ampliar os investimentos em sustentabilidade. Ela estabelece critérios objetivos para classificar atividades econômicas de acordo com seus impactos ambientais, sociais e climáticos, oferecendo maior segurança a investidores e instituições financeiras na hora de alocar seus recursos.

A Febraban está entre as 18 entidades que compõem o Comitê Consultivo do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), responsável por desenvolver e acompanhar a implementação da TSB. O processo envolveu mais de 350 pessoas de 63 instituições, incluindo governo, setor privado, sociedade civil e academia. A publicação está prevista ainda para 2025 e sua implementação será gradual, acompanhada por reguladores financeiros.

A TSB utilizará a CNAE para mapear os setores, contará com grupos técnicos especializados e terá uma plataforma de monitoramento dedicada a rastrear os investimentos sustentáveis. Além disso, traz inovações reconhecidas internacionalmente, como a inclusão da indústria extrativa e de objetivos sociais inéditos — entre eles, igualdade de gênero e raça. “É a primeira a incluir gênero e raça como um objetivo de igualdade”, informa Cristina Fróes de Borja Reis, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda.

Seu papel central é direcionar o fluxo de capital para iniciativas que combatam a crise climática e fortaleçam uma transição justa. Ao identificar claramente as atividades sustentáveis, a taxonomia:

- » Cria um sistema unificado para identificar investimentos sustentáveis.
- » Facilita a tomada de decisão de investidores, permitindo que aloquem recursos em projetos com impacto positivo comprovado.
- » Incentiva inovação e novos produtos e serviços alinhados à sustentabilidade.
- » Promove a transparência e a prestação de contas, reduzindo o risco de *greenwashing*.
- » Apoia o alinhamento a compromissos internacionais, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- » Valoriza objetivos socioeconômicos como a geração de trabalho decente, elevação de renda e redução de desigualdades, contribuindo para uma transição justa.

O papel do setor bancário na construção da TSB

O setor bancário tem contribuído ativamente para o desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). Desde a fase inicial, a Febraban atua para que o instrumento seja sólido, aplicável e alinhado às práticas já adotadas pelo mercado. Durante a consulta pública concluída no início de 2025, a entidade mobilizou os bancos associados para formular recomendações ao governo, com base nos 12 cadernos técnicos da TSB.

As propostas buscaram garantir coerência regulatória, viabilidade setorial e integração com

normas existentes. O setor também indicou pontos críticos no Sistema de Mensuração, Relato e Verificação (MRV), destacando desafios como custos de conformidade, acesso a dados padronizados e o risco de sobreposição regulatória. Defendeu, ainda, que a taxonomia contemple atividades em transição, adote um fluxo de reporte escalonado — começando por empresas não financeiras — e inclua instrumentos como títulos, avais e fianças.

Case

BNDES | **Sertão Vivo**

Realizado pelo BNDES em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e com apoio do Fundo Verde do Clima (GCF), o Sertão Vivo atua para aumentar a resiliência climática da população rural do semiárido nordestino, com meta de abrangência de 430 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais da região, como as de fundo de pasto, povos indígenas e quilombolas. Lançada em 2023, a iniciativa disponibilizou R\$1,75 bilhão nessas comunidades até o final da execução do projeto.

Em 2024, foram aprovadas operações em seis estados do Nordeste, com recursos da ordem de R\$1,3 bilhão, que beneficiaram cerca de 326 mil famílias. A primeira delas ocorreu no Ceará e somou R\$251,6 milhões, sendo R\$212 milhões oriundos de financiamento reembolsável, garantido pela União, e R\$39,6 milhões não reembolsáveis, destinados diretamente a 63 mil famílias de agricultores de 72 municípios com alta vulnerabilidade social, climática, hídrica ou alimentar.

Mercado regulado de carbono

Em dezembro de 2024, o Brasil deu um passo importante em sua agenda climática com a aprovação da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Trata-se de um grande marco na estratégia nacional de descarbonização e na consolidação de uma economia mais sustentável, inculcado no Plano de Transformação Ecológica, lançado no ano anterior, e inspirado nas melhores práticas internacionais.

Concebido para estimular a inovação, a eficiência econômica e o investimento em tecnologias de baixo carbono, o SBCE tem como horizonte a neutralidade climática até 2050, seguindo os compromissos globais assumidos pelo país.

Para tanto, o sistema estabelece limites anuais de emissão de GEE para atividades de grande porte, criando um mercado regulado em que empresas podem negociar suas cotas de emissão. Quem conseguir reduzir suas emissões abaixo do limite terá a possibilidade de comercializar o excedente. Já quem ultrapassar precisará compensar, adquirindo créditos adicionais. Atividades como reflorestamento, captura e estocagem de carbono passam também a ser reconhecidas como instrumentos geradores de créditos, fortalecendo a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Sua implementação ocorrerá em fases. Inicialmente, estarão sujeitas às regras apenas as fontes de emissão superiores a 10 mil toneladas de GEE por ano, enquanto é elaborado o primeiro Plano Nacional de Alocação de Cotas não onerosas. A expectativa

é que o sistema esteja plenamente consolidado até 2030, permitindo que o mercado regulado opere de forma estável, robusta e capaz de impulsionar a transição ecológica do país.

O setor bancário vem tendo uma atuação ativa na construção desse marco regulatório, apoiando a integração do Sistema Financeiro Nacional ao processo de transição energética. Em parceria com o FGVces, desenvolveu estudos pioneiros sobre o tema e publicou, em 2018, o *Guia de Gestão de Riscos com Base na Precificação de Carbono*⁴⁰, que identificou tendências de risco associadas a altas emissões, mapeou práticas de gestão em setores-chave e apontou oportunidades para as instituições financeiras aprimorarem a gestão do tema.

Mais recentemente, a Febraban vem acompanhando a regulamentação da Lei nº 15.042/2024 e, a partir de 2026, dará início a discussões específicas para avaliar os desdobramentos da legislação e as demandas do setor financeiro, por meio de seu Grupo Técnico de Mercado de Carbono. Dessa forma, reafirma sua liderança ao participar ativamente das discussões públicas e ao orientar seus associados na adaptação a esse novo cenário econômico e regulatório.

A criação desse mercado não representa apenas um avanço regulatório. Trata-se de uma oportunidade de transformação econômica, social e ambiental de grande escala, que tem o potencial de posicionar o Brasil como protagonista global na transição para uma economia de baixo carbono. Veja, a seguir, alguns dos principais impactos esperados, de acordo com Cristina Fróes de Borja Reis, do Ministério da Fazenda.

⁴⁰ *Guia de Gestão de Riscos com Base na Precificação de Carbono* ([Febraban/GVCES/FGV, 2018](#))

Impactos positivos para o país

Crescimento econômico e geração de empregos

De acordo com estudos apoiados pelo Banco Mundial para o Ministério da Fazenda, a precificação de carbono pode impulsionar o PIB brasileiro em até 5,8% até 2040, ao mesmo tempo que diminui a taxa de desemprego em 0,3 pontos percentuais, reforçando o papel do setor ambiental como motor de desenvolvimento.

Geração de receitas e redução de custos

O mercado regulado deve mobilizar receitas públicas próximas de R\$30 bilhões em 2040, além de trazer ganhos adicionais com compensações florestais, estimados em R\$14 bilhões no período. Ao mesmo tempo, a maior eficiência do sistema pode resultar em economia superior a R\$100 bilhões em custos de mitigação, tornando o carbono brasileiro mais competitivo em âmbito global e ampliando a atratividade do país para investimentos sustentáveis.

Inovação e transformação produtiva

O SBCE tende a estimular inovação científica, tecnológica e produtiva, incentivando a eficiência energética e a reestruturação das cadeias produtivas em direção a atividades de menor impacto ambiental. O Brasil possui um diferencial no desenvolvimento de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e na agricultura sustentável, com destaque para sistemas integrados como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e a recuperação de pastagens, que aumentam produtividade e reduzem emissões. Práticas agrícolas avançadas, como o uso de resíduos para fertilizantes e a produção de biocombustíveis, também poderão reduzir as emissões em dezenas de milhões de toneladas.

Restauração ambiental e biodiversidade

A meta de recuperar 12 milhões de hectares de áreas degradadas até 2030 abre um campo expressivo de oportunidades econômicas e ambientais. Iniciativas como o Caminho Verde Brasil, do Governo Federal, que busca recuperar até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade nos próximos dez anos, apoiam essa agenda.

O país pode transformar a precificação de carbono florestal em ativo estratégico, apoiado por um registro único e confiável, permitindo que a restauração e a conservação gerem compensações valiosas no sistema regulado. Além disso, a participação voluntária do setor agrícola em iniciativas de conservação, como a manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs), reforça o elo entre biodiversidade, competitividade e geração de créditos.

Inclusão social e redução de desigualdades

Estudos apontam que os 20% mais pobres da população podem ver sua renda real crescer entre 1,8% e 2,2%, ao mesmo tempo que sua participação na renda nacional aumenta em cerca de 4,6%. Essa dimensão distributiva fortalece o papel do mercado regulado como instrumento de justiça social. Além disso, a legislação prevê a inclusão de comunidades indígenas e tradicionais na geração de créditos de carbono, assegurando benefícios diretos a grupos que contribuem historicamente para a preservação dos biomas brasileiros.

Posicionamento global

Com abundância de recursos naturais e alta capacidade de gerar reduções verificáveis, o Brasil tem potencial para se posicionar entre os dez maiores emissores e comercializadores de créditos de carbono no mundo. A credibilidade regulatória e a valorização dos créditos como valores mobiliários reforçam a capacidade do país de se tornar referência no fornecimento de ativos ambientais de qualidade.

Potencial econômico, social e ambiental do mercado de carbono para o Brasil*

+5,8% do PIB até 2040

+R\$14 bi com *offsets* florestais (restauração e conservação)

+R\$100 bi economizados com mitigação

1,5 milhão de novos empregos

-0,3 pontos percentuais na taxa de desemprego (8% para 7,7%)

+0,15 pontos percentuais a mais de renda real média dos 20% mais pobres

+4,6% na renda nacional

Fonte: Ministério da Fazenda. Dados consolidados por Cristina Fróes de Borja Reis

Mercado de carbono x taxa de desconto

Joaquim Levy, ex-Ministro da Fazenda e atual co-chair do grupo de finanças da SB COP: Ação Empresarial pelo Desenvolvimento Sustentável, afirma que há um crescente entendimento de que os mercados de carbono ao redor do mundo se beneficiariam de uma contabilidade mais consistente, além de uma maior harmonização das informações sobre créditos de carbono. Segundo ele, isso facilitaria a interoperabilidade entre os atuais mercados e o eventual surgimento de um mercado global.

“No que tange à contabilidade, há pelo menos duas áreas interligadas em que progressos seriam extremamente valiosos. Na primeira, há a questão de como definir passivos e ativos climáticos e harmonizar estoques de carbono evitado ou capturado, com fluxos, dando realce à questão da permanência. A segunda é a questão do valor do carbono evitado ou capturado hoje ou no futuro”, afirma.

Isso porque um dos desafios no mercado de carbono é a ausência de uma taxa de desconto temporal. Ele constata que, em finanças, a taxa de desconto é a base de todas as operações: ela define o valor presente de um recurso que só gerará resultado no

futuro. No mercado de carbono, porém, prevalece a ideia de que o sequestro de carbono tem caráter permanente e definitivo, como se a captura realizada hoje tivesse o mesmo valor de uma captura realizada em 50 anos.

“Essa visão cria distorções: o carbono evitado agora — mesmo que temporário — pode ter muito mais impacto climático do que aquele mitigado em um futuro distante, quando ecossistemas críticos já podem ter sido comprometidos”, explica. Assim, a contribuição do setor financeiro pode ser decisiva para superar esse entrave conceitual e estruturar um mercado de carbono mais efetivo e alinhado às necessidades globais de curto prazo.

“O setor financeiro brasileiro, acadêmicos de várias instituições e organizações com interesse no clima têm se debruçado sobre o tema, que pode ser uma das contribuições da COP30 até o final de 2026, com importante reflexo na aceitação de créditos lastreados em soluções baseadas na natureza a partir da floresta e agropecuária”, reforça Joaquim Levy.



Itaú | Parceria com a academia para promover a bioeconomia e a transição energética

O Itaú mantém parcerias com instituições como o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da FGV e o Centro de Inovação em Novas Energias (CINE), da Unicamp.

O Observatório atua como um núcleo interdisciplinar voltado à produção de conteúdo aplicado, assessoria técnica e capacitação sobre temas como bioeconomia, uso sustentável da terra, agricultura regenerativa, biodiversidade e mercado de carbono. Em 2024, publicou 13 estudos e relatórios, elaborou notas técnicas, concluiu nove projetos de assessoria técnica para diferentes setores e promoveu eventos e cursos que somaram 177 pessoas capacitadas.

Já o CINE é um polo de excelência científica que une universidades e centros de pesquisa em torno da transição energética. Com o apoio do banco, promoveu um ciclo de *workshops* sobre temas como mobilidade urbana sustentável, geração e armazenamento de energia renovável, combustíveis de baixo carbono e uso de inteligência artificial em energia limpa.



A jornada continua

A jornada continua

A agenda ESG e os esforços rumo a uma economia de baixo carbono continuarão como protagonistas nos próximos anos, que serão marcados pela consolidação de práticas mais robustas e pela ampliação da transparência na divulgação e qualidade de dados, bem como pelo papel ativo dos bancos na mobilização de capital para acelerar a transição. Diversas ações ao longo de 2025 já apontam nessa direção.

O setor bancário se posiciona na vanguarda desses avanços. No âmbito da Febraban, são diversas as instâncias permanentes de trabalho temático que se dedicam a temas como o gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos, o desenvolvimento das finanças sustentáveis e a promoção da diversidade e inclusão.

No último ano, esses grupos atuaram em diversas frentes. Entre as contribuições recentes, destacam-se as recomendações para a Taxonomia Sustentável Brasileira e o envolvimento em seu piloto de aplicação, além do aperfeiçoamento da própria Taxonomia Verde da Febraban, em busca de maior alinhamento às diretrizes nacionais e internacionais.

No campo do mercado de carbono, o setor acompanhou de perto a regulamentação da Lei nº 15.042/2024 e, em 2025, começou a analisar seus desdobramentos e avaliar as demandas específicas das instituições financeiras. Paralelamente, está em andamento o desenvolvimento de uma Ferramenta de Cálculo de Emissões Financiadas



A próxima onda de evolução nas finanças sustentáveis é a tomada de decisão baseada em dados rastreáveis e auditados. As normas IFRS S1 e S2 vêm apoiar esse movimento.

Annelise Vendramini, da FGV.



para o setor bancário, com a atualização periódica dos fatores de emissão, o acompanhamento da evolução das metodologias e a criação de uma base de dados setorial alinhada ao PCAF.

Outro eixo de destaque é a implementação dos novos padrões internacionais de reporte. A Febraban tem liderado o alinhamento setorial em torno da interpretação e aplicação das normas do ISSB, IFRS S1 e S2, além de apoiar as instituições na adoção consistente e de alta qualidade da Resolução BCB 5.185/2024.

Nos próximos anos, o setor bancário continuará fortalecendo a sua contribuição, o que envolve o alinhamento aos melhores padrões internacionais, a participação em políticas públicas e o desenvolvimento de ferramentas de apoio para a gestão de riscos e oportunidades sociais, ambientais, climáticas e de governança em suas atividades. Para tanto, é essencial ter um sistema financeiro engajado e capacitado.

Case

BNDES

Novo Fundo Clima

O Fundo Clima, operado pelo BNDES com os recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), conta com seis áreas elegíveis para financiamento: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidade verdes; transição energética; florestas nativas e recursos hídricos; e serviços e inovação verdes.

Desde março de 2024, o BNDES conta com R\$10,4 bilhões anuais para o Fundo Clima, sendo sua quase totalidade oriunda de captação por meio de emissão de títulos soberanos sustentáveis, com o objetivo de financiar atividades com impactos ambientais e sociais positivos, de forma a promover a transição para uma economia ambientalmente sustentável, equitativa e inclusiva.

Para as operações aprovadas em 2024 com recursos do Fundo Clima, há estimativa de geração de 52.196 empregos durante a implantação e 15.921 empregos após a implantação dos projetos, que devem evitar a emissão de 86,6 milhões de toneladas de CO₂.

Setor financeiro engajado

O engajamento do sistema financeiro brasileiro na agenda climática vai muito além das iniciativas individuais de cada banco. De forma articulada, o setor tem buscado ampliar sua influência global e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. A Febraban, como representante institucional, integra fóruns e alianças estratégicas, como o SBFN, o Climate Finance Hub e a GFANZ, que reúnem instituições financeiras de todo o mundo comprometidas com metas de neutralidade de carbono.

Essas parcerias cumprem papéis fundamentais:

- » Dar legitimidade e consistência ao debate: os fóruns internacionais ampliam a voz do setor financeiro brasileiro em discussões globais sobre finanças sustentáveis.
- » Evitar duplicações: a coordenação entre instituições permite que iniciativas de capacitação, educação e investimentos em clima sejam mais eficientes, otimizando recursos e ampliando o impacto.
- » Inspirar outros mercados: a abertura do setor financeiro brasileiro ao diálogo e à cooperação pode servir de modelo de boas práticas para instituições financeiras em países da América Latina, Ásia e Europa.

Para Joaquim Levy, esse protagonismo pode ser decisivo na COP30. “Os bancos brasileiros podem desempenhar um papel estratégico no tocante aos avanços metodológicos nessa área.

Muitas práticas sustentáveis realizadas no Brasil, especialmente aquelas baseadas na natureza — como o biocombustível que não concorre com a produção alimentar até técnicas agrícolas como a fixação natural do nitrogênio e a recuperação do biometano de dejetos animais e resíduos da agricultura —, ainda não são plenamente reconhecidas nos mercados internacionais. Os bancos podem ser uma voz ativa nesse contexto.”

Na mesma direção, Annelise Vendramini, da FGV, reforça que a contribuição do setor pode ir além da técnica. “Temos muitos dados, muitos estudos, mas talvez nossa principal contribuição seja apresentar uma visão de país em um diálogo de alto nível que mostre o caminho a seguir. O que precisamos agora é de liderança e de clareza sobre o futuro que queremos construir.”

Essa construção coletiva não envolve apenas instituições financeiras, mas também o governo e os reguladores. “Na COP da implementação, o enfoque é a colaboração entre o público e o privado, entre os reguladores e os regulados. Esse fortalecimento conjunto também reflete uma mudança de visão do próprio setor financeiro brasileiro, onde a transformação já vem acontecendo há alguns anos”, destaca Cristina Fróes de Borja Reis.

Na mesma linha, Marcela Ponce, do SBFN, reforça o potencial transformador da cooperação. “A sinergia entre os diversos atores do setor financeiro é

fundamental. Estamos todos trabalhando juntos”, afirma. “Por meio de parcerias inovadoras e da mobilização de capital privado, o setor financeiro pode reduzir lacunas de financiamento, impulsionar a criação de empregos e ampliar soluções para a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável no Brasil e na Amazônia.”

Um aspecto inédito nesse processo é a participação mais ativa do Banco Central nas negociações internacionais. “É a primeira vez que o Banco Central busca uma participação mais ativa na COP. Esse é um tema estratégico para nós e para os bancos centrais em geral. A ideia é construir pontes”, afirma Isabela Damaso, Chefe de Sustentabilidade do Banco Central.

Case

Sicredi | Quantificação de riscos climáticos

O Sicredi desenvolveu, em 2024, um modelo de quantificação de riscos climáticos, em conformidade com as recomendações da TCFD e do IFRS/ISSB. Ele foi desenhado para abranger todo o portfólio de associados e setores atendidos, atribuindo um score de risco climático individualizado. Para isso, integra múltiplas variáveis, análises em escala local e projeções de cenários futuros baseadas em diretrizes científicas globais. Os resultados são utilizados tanto para fins regulatórios, por exemplo os testes de estresse, avaliando impactos potenciais sobre capital e liquidez, como no direcionamento da estratégia climática da Instituição.

O modelo foi incorporado aos demais processos de gestão de riscos climáticos, que contemplam ferramentas de geoprocessamento para identificação tempestiva de impactos de eventos climáticos extremos, o monitoramento continuado da exposição a secas e seus impactos no crédito, além de utilização de *machine learning* para antecipar perdas de produtividade no setor agrícola em diferentes cenários climáticos.

Capacitação de profissionais e lideranças bancárias em temas ESG

Os desafios do mundo atual exigem lideranças bancárias e profissionais preparados para identificar riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos no dia a dia do relacionamento com seus clientes. Nesse cenário, o investimento em educação é imprescindível. Entre junho e outubro de 2025, foi realizada a Jornada Rumo à COP30, uma trilha de capacitação focada no engajamento do profissional bancário em questões climáticas.

Desenvolvida pela Febraban em parceria com a Anbima e a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg)⁴¹, seu lançamento ocorreu durante a Mesa-Redonda Regional para a América Latina e o Caribe sobre Finanças Sustentáveis, realizada em abril pela UNEP-FI, e contou com a presença de representantes de bancos, seguradoras e do mercado de capitais.

Com encontros *online* e presenciais, a Jornada abordou os temas Análise de impacto: dupla materialidade; Riscos Climáticos e de

Biodiversidade; Emissões dos portfólios; Governança para a tomada de decisão; Financiamento climático: produtos e serviços; e Planos de transição: estratégias e direcionamento — ferramentas essenciais para ampliar os recursos destinados à adaptação de economias e sociedades.

No segundo semestre de 2025, foi realizado, ainda, o programa Conceitos e Práticas para Negócios Bancários Sustentáveis, em parceria com a PRB Academy, iniciativa global da UNEP-FI, Chartered Banker Institute e GIZ Sustainable Finance. O conteúdo abordou o papel dos bancos e o engajamento sustentável com clientes, a gestão de riscos climáticos e aplicação do conceito de banco responsável com a natureza e a biodiversidade, contribuindo para a redução de lacunas de habilidades e para equipar profissionais com ferramentas práticas para lidar com riscos climáticos, engajamento sustentável com clientes e estratégias ligadas à biodiversidade.

⁴¹ Parceiros da iniciativa: ABVCAP, Amec, BID, B3, GFANZ, Pacto Global, PRI e UNEP-FI

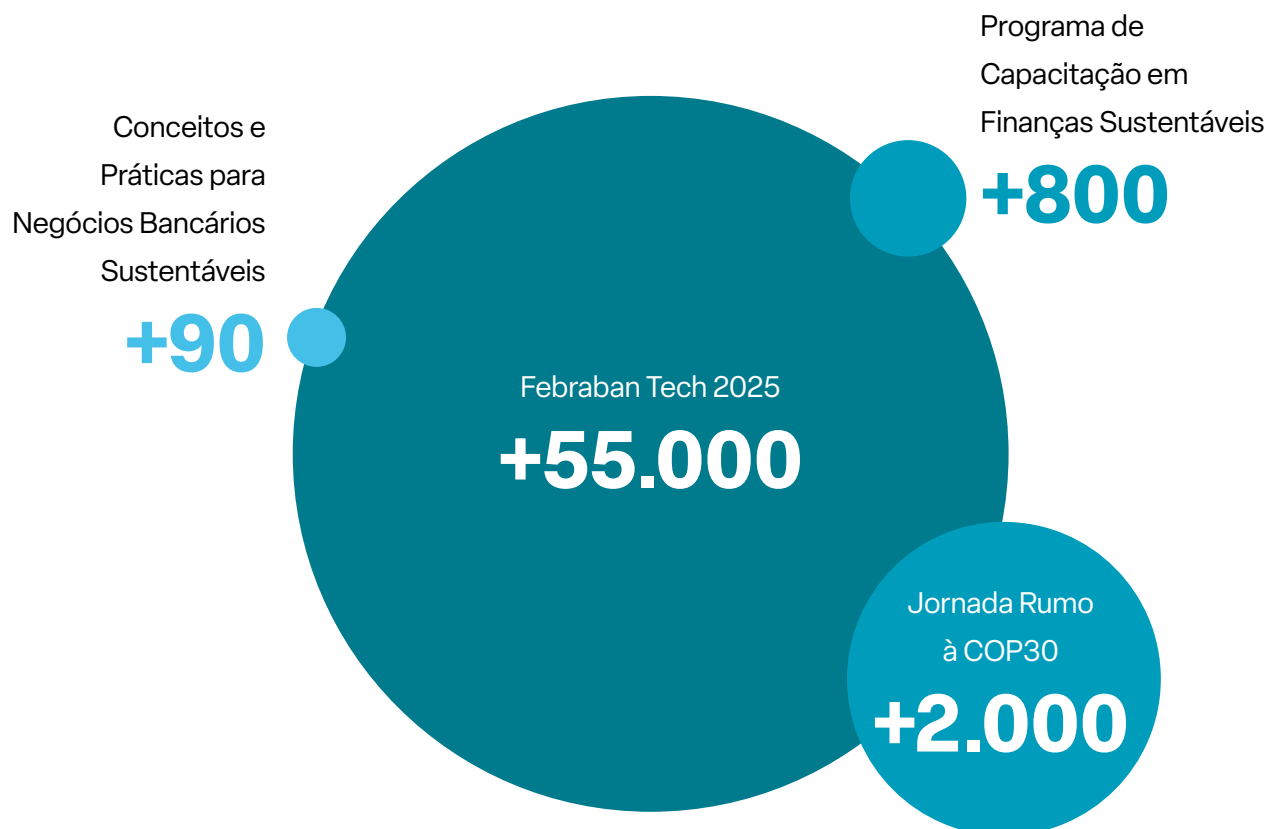
Em colaboração com a Green Banking Academy (GBAC), plataforma de assessoria e capacitação da IFC focada em finanças sustentáveis para o setor financeiro na América Latina e no Caribe da IFC, foi lançado, também, o Programa de Capacitação em Finanças Sustentáveis. Estruturado a partir das demandas identificadas pelos próprios bancos membros do Comitê ESG da Febraban, o programa ofereceu cinco encontros virtuais, entre junho e outubro, com especialistas nacionais e internacionais. Nesses *webinars*,

foram abordados os tópicos Gestão de Riscos Climáticos; Instrumentos Financeiros Sustentáveis; Regulamentação e Taxonomias; Mercados de Carbono e Economia Circular.

Além dos cursos, ferramentas e materiais de apoio amplamente acessados pelos bancos, a sustentabilidade fez parte da agenda do Febraban Tech 2025, maior evento de tecnologia e inovação do setor financeiro na América Latina. Neste ano, o evento reuniu mais de 55 mil pessoas e contou com trilhas dedicadas aos temas ESG e à COP30.

Trilhas ESG iniciadas em 2025

Número de participantes únicos



Fortalecimento do investimento social privado

A responsabilidade social é uma das prioridades do setor bancário. Muitas instituições mantêm agendas próprias, fundações e programas voltados ao desenvolvimento social e econômico, com investimentos próprios e de leis de incentivos. No âmbito da Febraban, é realizado o Somamos, que promove a capacitação profissional e a inclusão de jovens negros e mulheres no mercado de trabalho, especialmente, em finanças e tecnologia.

O investimento social privado desempenha, assim, um papel relevante na transição justa, gerando impactos positivos de longo prazo para a sociedade e para as organizações. Para fortalecer essa atividade,

a Febraban, a Anbima, a B3 e a CNseg se uniram para lançar o *Guia de Investimento Social Privado*.

Inédita, a publicação reúne orientações para incorporar práticas sociais às estratégias dos mercados financeiro, de seguros e de capitais. Aborda a evolução da filantropia empresarial, das doações pontuais ao investimento planejado e transformador, que gera valor para negócios e comunidades. O investimento social privado se afirma, assim, como um diferencial competitivo, fortalecendo a reputação das empresas, os laços com as comunidades e a atração e retenção de talentos.

Case

Sicredi | Fomento à energia renovável

Desde 2017, o Sicredi destinou mais de R\$13 bilhões em financiamentos para projetos de micro e minigeração de energia solar, beneficiando diretamente mais de 200 mil associados em diversas regiões do país. Esses investimentos têm promovido autonomia energética, redução de custos e incentivo à sustentabilidade entre pessoas físicas, empresas e produtores rurais.

Atualmente, a carteira ativa de crédito para energia solar soma R\$5 bilhões, refletindo o crescimento contínuo da demanda por soluções renováveis e o compromisso do Sicredi com a transição energética. Além dos benefícios econômicos, os projetos apoiados pelo Sicredi contribuem significativamente para a mitigação das mudanças climáticas, evitando a emissão de aproximadamente 260 mil toneladas de CO₂ equivalente por ano.

BNDES | **Restauração Florestal**

Em parceria com a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realiza o projeto ProFloresta+, que tem como objetivo restaurar até 50 mil hectares de áreas degradadas na Amazônia, capturando cerca de 15 milhões de toneladas de carbono — o equivalente às emissões anuais de quase 9 milhões de carros movidos a gasolina. O programa inclui a compra de créditos de carbono gerados pelos projetos de restauração apoiados, com contratos de longo prazo (*offtake*) e financiamento por meio de linhas especiais, como o Fundo Clima.

Outra iniciativa é o programa Floresta Viva, totalizando R\$440 milhões, sendo metade desse valor mobilizado de parceiros privados e institucionais para apoio a projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais em diversos biomas, incluindo Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Caatinga. Desde 2022, foram lançados dez editais, com a seleção de 69 projetos, que restauraram mais de 9 mil hectares.

Lançada em 2024 em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, a iniciativa Restaura Amazônia, por sua vez, tem como alvo a restauração de vegetação nativa, no chamado Arco da Restauração (do Maranhão ao Acre). Foram selecionados três parceiros para gerir R\$450 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, destinados a projetos de restauração ecológica com espécies nativas ou sistemas agroflorestais em sete estados da Amazônia Legal.

Case

ABC Brasil | De dados a soluções: apoio à transição climática dos clientes

O ABC Brasil tem avançado no desenvolvimento de soluções que apoiam seus clientes na adaptação às novas exigências de mercado e regulação. A pauta climática é tratada de forma estratégica, com governança vinculada ao Conselho de Administração. Em 2023, o banco definiu Mudanças Climáticas como tema prioritário e estruturou sua estratégia em três pilares: dados, soluções e capacitação.

No eixo de dados, o ABC Brasil automatizou o cálculo das emissões financiadas com base na metodologia PCAF, permitindo o acesso em tempo real das emissões por setor e cliente. A partir desses dados, em 2024, estruturou a Mesa de Soluções de Descarbonização, que busca atuar como um *hub* para cálculo de emissões, financiamento e comercialização de créditos de carbono, com soluções sob medida. Por fim, o banco investe na capacitação de equipes e no apoio técnico aos clientes, fortalecendo o entendimento sobre riscos e oportunidades climáticas. Assim, posiciona-se como um parceiro estratégico na transição para uma economia de baixo carbono, integrando dados e soluções para transformar desafios climáticos em oportunidades de desenvolvimento.

Case

BNB | Crédito de Contribuição Positiva

Reconhecendo o crédito como um importante instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, o Banco do Nordeste implementou sua Estratégia de Sustentabilidade, composta por 10 linhas de ação e 40 indicadores. Entre as iniciativas de destaque está o Crédito de Contribuição Positiva, que, entre 2022 e 2024, destinou R\$119,9 bilhões para contratações em setores da economia verde, de acordo com a Taxonomia Verde da Febraban.

Nesse contexto, os programas de microcrédito urbano (Crediamigo) e rural (Agroamigo) desembolsaram, respectivamente, cerca de R\$33,3 bilhões e R\$18,1 bilhões no período. Já o apoio à geração de energia renovável totalizou R\$18,9 bilhões em investimentos. Além disso, foram destinados R\$15 milhões ao apoio a projetos de recuperação e uso sustentável da Caatinga, com recursos não reembolsáveis (Fundo de Sustentabilidade) e R\$26,1 milhões para a restauração ecológica desse bioma, em parceria com o BNDES/FUNBIO.

Expediente

Realização

Febraban – Federação Brasileira de Bancos

Amaury Oliva

Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira,
Relações com o Consumidor e Autorregulação

Cintia Oller Cespedes

Gerente de Sustentabilidade

Juan Manuel Pereira Saeta

Assessor de Sustentabilidade

Thaís Naves Tannús

Assessora de Sustentabilidade

Conteúdo e *layout*

Casa Azul Conteúdo e Design para
Sustentabilidade

Imagens

iStock: Dgwildlife; Anna Carolina Negri; Abdesign;
Agustavop; Miroslav_1; Jarnoverdonk; Mantaphoto;
Appfind; Emreogam; Paulo Pigozzi; Paralaxis;

Lecristina; Diegograndi; Natalia Shishkova;
Inessa -23; Ricardohosoe; AnjoKanFotografie;
Whitepointer; Hrui; Yohan Dumortier

KV Conteúdo (fotos Febraban Tech)

Cláudio Belli (foto Isaac Sidney)

Agradecimentos

Nossos agradecimentos ao Comitê ESG da
Febraban e às demais pessoas que contribuíram
para a elaboração deste material:

Annelise Vendramini (FGV)

Cristina Fróes de Borja Reis (Ministério da Fazenda)

Ernesto Silva Ortiz (IFC)

Francisco José Barbosa da Silveira (Banco Central)

Isabela Damaso (Banco Central)

Joaquim Levy (Banco Safra, CFH Brasil, GFANZ,
Fiesp e SB COP)

Kathleen Krause (Banco Central)

Luciana Bertini Galan (IFC)

Marcela Ponce (SBFN)

Paula Peirão (UNEP-FI)



Outubro/2025



febraban.org.br



sustentabilidade@febraban.org.br

